



Uma Casa para O Ninho Arquitetura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Giulia Rodrigues Edom

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

(mestrado integrado)

Orientadora: Prof^a. Doutora Patrícia Santos Pedrosa

outubro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Giulia Rodrigues Edom, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 38845 de/o Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 02 /10 /2023

A handwritten signature in black ink that reads "Giulia Edom". The signature is written in a cursive, flowing style.

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. À minha mãe, Cláudia, meu pai, André, ao meu irmão, Luca, e meus avós, sou grata pelo amor incondicional, pelo porto-seguro que são, pelo incentivo constante e por celebrarem comigo cada pequena conquista pelo caminho. Por toda paciência, concelhos e pela inspiração diária que são. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Às minhas amigas, Victória e Natália, que mesmo de muito longe se fazem presentes. Não me lembro da vida sem vocês ao meu lado, e crescer com vocês é um privilégio.

À família que encontrei em Portugal e que me acolheu de braços abertos, aos meus amigos tão queridos Giulia e Leonardo, e a tantos outros que fizeram parte desta árdua e significativa caminhada, em especial à minha dupla de tantas aventuras e aprendizagens, Juliana. O carinho e apoio de cada um de vocês foi fundamental.

Ao Gustavo, por me acolher nos momentos mais difíceis e por acreditar em mim quando eu não consegui, pelo amor e companheirismo constantes, por dividir a vida comigo, obrigada.

Agradeço aos professores e a todos que me auxiliaram de alguma maneira a percorrer esse caminho acadêmico, à professora Rita Ochoa pelo carinho e por me acompanhar desde o primeiro ano, e principalmente à minha orientadora, professora Patrícia Santos Pedrosa, que desde o início do percurso foi essencial para a conclusão deste curso, obrigada por todo ensinamento, paciência e inspiração.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à associação O Ninho, à professora Maria José Nuncio e à Conceição Mendes, que me receberam com tanta atenção e partilharam com muita solicitude seus conhecimentos e experiências, contribuindo imensamente no desenvolvimento desta investigação. O trabalho que desenvolvem é admirável e necessário, e sem o vosso contributo esta dissertação não teria sido possível.

i stand
on the sacrifices
of a million women before me
thinking
what can i do
to make this mountain taller
so the women after me
can see farther

legacy – rupi kaur

Resumo

A sociedade e o sistema patriarcal nos quais estamos inseridos perpetua diversos papéis e opressões das mulheres, preconceitos e graves desigualdades e, por mais controverso que seja, alimenta diretamente alguns problemas sociais ao mesmo tempo em que se recusa a reconhecê-los, como é o caso do sistema de prostituição. Homens são os principais compradores de sexo e garantem a existência deste violento sistema, ao mesmo em que a sociedade marginaliza a imagem e vivência das mulheres prostituídas e não trabalha ativamente para que as seja garantida proteção e condições mínimas de vida. Partindo do contexto em que se encontram as mulheres inseridas no sistema de prostituição na cidade de Lisboa e do trabalho da associação O Ninho, além do estudo de ferramentas, existentes ou não no território português, para apoiá-las e fornecê-las qualidade de vida por parte da esfera governamental e privada e analisando diversas publicações sobre o tema, a presente dissertação tem como objetivo propor um projeto arquitetónico para uma Casa de Acolhimento para a associação O Ninho, explorando ferramentas arquitetónicas adequadas, visando a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a justiça social, o empoderamento e a construção da autonomia destas mulheres ao proporcionar mecanismos para a saída da situação de prostituição como principal fim, através da ótica feminista de viver a cidade e fazer arquitetura, considerando o sistema de prostituição como um problema social com claros agravantes de gênero e que constitui uma grave violação da dignidade das mulheres.

Palavras-chave

Arquitetura com Perspetiva de Género; Mulheres; Prostituição; Vulnerabilidade; Estrutura de Acolhimento; Lisboa.

Abstract

The society and the patriarchal system in which we live perpetuates several roles and oppressions against women, prejudices and serious inequalities and, however controversial, directly feeds some social problems while refusing to recognize them, as is the case of the prostitution system. Men are the main buyers of sex and guarantee the existence of this violent system, while society marginalizes the image and experience of prostituted women and does not actively work to guarantee them protection and minimum living conditions. Based on the context in which women in the prostitution system find themselves in the city of Lisbon and in the work of the O Ninho association, as well in the study of tools, existing or not in Portuguese territory, to support them and provide them with quality of life by the government and private spheres and analyzing various publications on the subject, this dissertation aims to propose an architectural project for a House for the O Ninho association, using appropriate architectural tools to promote equality between men and women and social justice, empowering and building the autonomy of these women by providing mechanisms for leaving the situation of prostitution as the main goal, through the feminist perspective of living the city and making architecture, considering the system of prostitution as a social problem with clear gender aggravations and which constitutes a serious violation of dignity.

Keywords

Architecture with Gender Perspective; Women; Prostitution; Vulnerability; Housing Center; Lisbon.

Índice

Resumo	IX
Abstract	XI
Índice	XIII
Introdução	1
Capítulo 1 Extrema Vulnerabilidade: Prostituição	3
1.1. Questões de género no sistema prostitucional	10
1.2. Enquadramento histórico-legal em Portugal e programas de saída	13
1.3. A associação O Ninho	19
Capítulo 2 Implantando o Programa	22
2.1. Breve enquadramento histórico	31
2.2. Casos de estudo	40
2.3. A consolidação de um programa	51
Capítulo 3 Uma Casa para O Ninho	53
3.1. O espaço público e o terreno	56
3.2. A Casa	60
Considerações Finais	69
Bibliografia	72
Apêndices	75

Introdução

A sociedade condicionada pelo sistema patriarcal na qual estamos inseridos perpetua, historicamente, papéis de género, preconceitos, desigualdades, opressões e graves violências contra as mulheres. Por mais controverso que pareça, alimenta diretamente alguns problemas sociais ao mesmo tempo em que se recusa a reconhecê-los, como é o caso do sistema de prostituição. Homens, muitos destes casados e com filhos, caracterizando a imagem conservadora de família tradicional ideal, são os principais compradores de sexo e proxenetas, que garantem a existência deste violento sistema e, em simultâneo, a sociedade marginaliza e condena a imagem e vivência das mulheres prostituídas e não trabalha ativamente para que as seja garantida proteção, condições mínimas de vida e ferramentas para a saída do meio prostitucional. Aproximadamente 85% das pessoas em situação de prostituição são mulheres, caracterizando um problema social com claros agravantes de género, resultante da histórica desigualdade de poderes entre homens e mulheres e a consequente objetificação do corpo feminino. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021^a, p. 13)

Ainda que o Parlamento Europeu reconheça, na resolução intitulada *Exploração sexual e prostituição e o seu impacto na igualdade dos géneros*, de 26 de fevereiro de 2014, que

[...] a prostituição, a prostituição forçada e a exploração sexual são questões de género e violações da dignidade humana, contrárias aos princípios dos direitos humanos, entre os quais a igualdade de género e, por conseguinte, contrárias aos princípios da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, incluindo o objetivo e o princípio de igualdade dos géneros; (p. 5)

[...] as pessoas que se prostituem são particularmente vulneráveis a nível económico, social, físico, psicológico, emocional e familiar e correm um maior risco de violência e danos, mais do que em qualquer outra atividade; (p. 6)

e ainda que incentive que os Estados-Membros da União Europeia combatam a prostituição e forneçam programas de apoio para possibilitar a saída deste sistema, em Portugal, até o momento do desenvolvimento desta investigação, não foi identificado nenhum programa, plano ou estratégia estatal nacional ou regional para este fim. No contexto específico da cidade de Lisboa, foi estudado com particular interesse a associação O Ninho que, mesmo com limitações, trabalha ativamente para combater o sistema de prostituição e fornecer informação, apoios diversos e acolhimento a mulheres ainda inseridas, no processo de deixar ou que já saíram da prostituição.

Sendo assim, esta investigação tem como principal objetivo propor um projeto arquitetônico de uma casa para a associação O Ninho, levando em consideração as realidades, necessidades e perspectivas das mulheres contempladas e que funcione como parte da estrutura física da associação, que forneça não só o abrigo necessário mas também espaços de cura, ressocialização, empoderamento e reconstrução da autoestima destas mulheres, tão necessários para que a saída do violento sistema de prostituição para uma vida dignificada seja possível.

Também, como parte um objetivo mais amplo no que diz respeito à ótica feminista e perspectiva de gênero na qual a arquitetura e a pesquisa são trabalhadas, existe também o intuito de promover a igualdade de gênero e a justiça social, através do debate e da disseminação de informação, além de combater o preconceito a respeito do tema e em relação à mulheres prostituídas, resultantes da sociedade permeada de intolerância na qual se insere a investigação e ainda contribuir para a pesquisa acadêmica e desenvolvimento de um programa de arquitetura ainda pouco discutido como este.

A organização desta investigação inicia-se pelo tema da extrema vulnerabilidade e o sistema de prostituição, nas questões de gênero presentes neste sistema, nas ferramentas de apoio e programas de saída, focando no trabalho da associação O Ninho e sua estrutura, através de pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas acerca do contexto social e geográfico do sistema de prostituição e da realidade das mulheres prostituídas à Professora Doutora Maria José Núncio e à assistente social Conceição Mendes, acerca do seu trabalho na associação O Ninho e uma visita de estudo à própria associação.

A seguir, é discutido o local de implantação da proposta, sua justificativa de acordo com necessidades diretas da associação O Ninho e urbanísticas, a evolução histórica da envolvente e a contextualização atual do terreno escolhido, contando com visitas ao local e levantamento fotográfico e documental e, ainda, é feita uma seleção e análise de referências arquitetônicas e programáticas, buscando ferramentas e soluções em diversos contextos que sejam relacionáveis com esta investigação para a consolidação do programa.

Num terceiro momento, a elaboração do projeto de arquitetura leva em consideração toda a informação reunida anteriormente para desenvolver o desenho da Casa, com especial atenção no que diz respeito ao tratamento das relações públicas e privadas dos edifícios com a cidade, dialogando com a necessidade concreta de privacidade e harmonia com a envolvente e no cuidado com as conexões urbanas e verticais particulares do terreno.

Por fim, são apresentadas conclusões e reflexões acerca da investigação desenvolvida, do projeto de arquitetura proposto, das indagações respondidas e criadas e das perspectivas sobre o tema e possibilidades futuras.

Capítulo 1 | Extrema Vulnerabilidade:

Prostituição

A prostituição é um problema social profundo, que afeta não só as pessoas diretamente envolvidas com o sistema, mas também a sociedade como um todo, configura uma violação da dignidade e dos direitos humanos, conformando uma situação de violência física e psicológica gravíssima. O sistema de prostituição é complexo, envolve diferentes entidades em relações distintas de poder, funciona como um sistema económico e está em constante adaptação e complexificação de acordo com as transformações da sociedade. Este sistema envolve um conjunto de vulnerabilidades diversas que se aprofundam e configuram um círculo vicioso de difícil rompimento. Este capítulo dedicar-se-á a caracterizar o sistema de prostituição, os agentes envolvidos e suas consequências, além de discorrer sobre a questão de género no sistema, as ferramentas e estratégias de saída do sistema de prostituição e, com mais detalhes, discorrerá sobre a associação O Ninho, que norteia a proposta de arquitetura desta dissertação.

De acordo com Sara Cordeiro (2012, p. 16) o sistema de prostituição é um fenómeno social diversificado, “complexo e multifacetado”, que ocorre a níveis locais, nacionais e internacionais com diversas configurações e é transversal a distintas culturas e países. O termo “prostituição” pode ser definido como “uma situação na qual uma pessoa presta serviços sexuais em troca de compensação financeira ou de outra forma.” (Barroso-Pavía, 2020, p. 2), onde o indivíduo que faz o pagamento concretiza uma relação de poder e posse sobre o outro. A prostituição não deve ser entendida apenas como uma ação individual entre duas pessoas, pois é parte de uma rede, um sistema, muito maior e mais complexo, e carrega consequências extremamente negativas coletivas para a sociedade, além de toda a violência e trauma pessoais nos indivíduos que são prostituídos. (Fontinha, s.d.)

O sistema de prostituição, em Portugal, não é legalizado ou regulamentado, tema este que será discutido com mais profundidade no subcapítulo 1.2., portanto, os termos *prostituição* e *pessoa* ou *indivíduo prostituído/a* serão preferidos à *trabalho sexual* e *trabalhador/a sexual*, enfatizando ainda, nas palavras de Inês Fontinha (s.d.), que “a prostituição é uma violação dos Direitos Humanos, uma exploração que decorre das injustiças e desigualdades sociais”, e legalizá-la seria compactuar com tais violências. Além disso, é importante frisar que a situação de prostituição não será tratada como uma escolha de vida, de profissão, tendo em vista que grande parte das pessoas no meio não escolheram estar ali, foram traficadas, obrigadas ou enganadas por terceiros e, uma vez presas no sistema, encontram imensas dificuldades em sair. E quando dizem que foi uma “escolha”, foi uma escolha entre a miséria e a prostituição, entre passar fome, estar desabrigada, entre um núcleo familiar violento e desestabilizado, entre ver os filhos passarem necessidades e a prostituição, o que não caracteriza uma escolha propriamente dita. Ou seja, “não se trata de uma escolha vocacional de uma profissão, mas antes da acomodação perante a falta de

outras escolhas e esta distinção determina toda a diferença." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 34)

Segundo Cordeiro (2012, p. 14), o “meio prostitucional funciona como um mercado de oferta e procura” e a mercadoria vai além do corpo como objeto físico, elemento então disponível para compra, venda e, acima de tudo, lucro, mas também é materializada no poder e posse momentâneos sobre o outro. Verifica-se que o sistema de prostituição se transforma de acordo com as mudanças na sociedade em que se insere e com as realidades com que interage, e assim como a realidade atual, complexifica-se e molda-se para atender as demandas de seus utilizadores. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) Em conformidade à crescente globalização e com a troca cada vez mais rápida de informação, capital e mercadorias, a níveis locais, nacionais e globais, e com o nível ascendente de deslocação de pessoas, o sistema de prostituição adapta-se e cria medidas para acompanhar o ritmo social e econômico. Como afirmado por Conceição Mendes (2022), o papel da grande mídia na disseminação de informação também é crucial para moldar o sistema, e além de veicular o tradicional estigma contra pessoas prostituídas, perpetua também os arcaicos papéis e opressões de gênero, no que diz respeito ao imaginário da posse e poder sobre o corpo, maioritariamente do homem sobre o corpo feminino. Sendo assim, este grande, complexo e violento mercado gera capital e riqueza para as pessoas em situação de poder às custas de outras, violentadas, aliciadas, condicionadas, humilhadas e vendidas. (Fontinha, s.d.) Este capital não fica retido entre as pessoas prostituídas, que muitas vezes entram no sistema com intenções e esperanças de melhorar suas condições financeiras e acabam por descobrir, tardiamente, que não o farão. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021a) (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) (Leite, 2016)

Com o objetivo de elucidar, de maneira geral, o funcionamento de algumas das formas de prostituição mais comuns, apresentam-se a seguir os principais agentes envolvidos no processo e os tipos, de acordo com o *Estudo Diagnóstico sobre as Mulheres no Sistema de Prostituição em Lisboa* (2021b, p. 9), que podem ser classificados como:

1. Pessoas em situação de prostituição: são os indivíduos que praticam atos de cunho sexual em troca de um valor monetário, sendo a maioria mulheres, podendo envolver adolescentes e crianças, em situações de coerção, ameaça e tráfico de pessoas.
2. Compradores do sexo: são os indivíduos que pagam pelos atos de cunho sexual, sendo a maioria homens, em busca não só da satisfação de seus desejos sexuais, mas também da compra momentânea da relação de poder sobre o corpo de outra pessoa.
3. Proxenetas: são os indivíduos que organizam, aliciam e exploram as pessoas em situação de prostituição, com o objetivo de obter lucro, utilizando da ameaça física, manipulação emocional e controle financeiro para conseguir o domínio da pessoa explorada. É esta categoria no sistema que realmente obtém o lucro desejado, já que o dinheiro que passa pelas pessoas prostituídas acaba na posse dos proxenetas, popularmente conhecidos como “chulos” em Portugal (p. 25).

Nesta categoria também se enquadram outros elementos que podem se beneficiar financeiramente da exploração de pessoas como donos de apartamentos de prostituição e donos de bares de alterne, entre outros.

4. A sociedade, destacando-se o papel do Estado como provedor de políticas públicas como habitação, saúde, educação e segurança, o papel dos profissionais que prestam serviços a pessoas envolvidas no sistema de prostituição, a exemplo de profissionais da saúde e serviços sociais e o papel de todos os outros indivíduos e instituições que se relacionam e reproduzem informações e estereótipos sobre o sistema e as pessoas envolvidas.

A prostituição pode se materializar de várias formas, como a prostituição de rua, mais conhecida e com maior facilidade de identificação, onde a pessoa prostituída encontra-se na via pública à espera de que os compradores de sexo se aproximem e façam o contacto. Nesta categoria enquadram-se pessoas geralmente de idade mais avançada, que já não são consideradas valiosas para o sistema, e os pagamentos são comparativamente mais baixos a outras formas de prostituição. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) Ainda é neste tipo que o indivíduo prostituído tem relativamente mais liberdade de escolha e de mobilidade urbana, estando sob menos influência e controle dos proxenetas, mas o que não significa que seja uma escolha consciente e livre. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) A seguir, caracteriza-se a prostituição de apartamento ou bordel, onde a pessoa prostituída está vinculada a um local, e pode encontrar-se na via pública a espera de um comprador, e depois do contacto vão ao quarto localizado no apartamento, ou então o contacto é feito diretamente com o proxeneta associado a ela. Nesta situação, a vida da pessoa prostituída é controlada quase integralmente pelo proxeneta ou pela rede de prostituição ou tráfico de pessoas, e o grau de liberdade é baixo ou inexistente, seja por dependência emocional ou dívidas monetárias e ameaças físicas. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) Como apontado pela assistente social Conceição Mendes em entrevista (2022), nestes edifícios se encontram os apartamentos onde ocorre a prostituição, a moradia das pessoas prostituídas e ainda, como muitas mulheres prostituídas possuem filhos a cargo, o local onde as crianças são guardadas, o que resulta em uma rotina quase exclusivamente vinculada a um só local, sem a possibilidade de circular pela cidade e aceder a serviços livremente, estando quase sempre sujeitas à companhia de um proxeneta. Este tipo de prostituição vem se tornando o mais dominante, e ocorre com mais frequência do que o de rua, ainda que seja de mais difícil identificação e pode resultar em uma falsa impressão de que ocorre menos. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b)

Ainda, um outro tipo de prostituição muito comum é o de bares e casas de alterne, onde a pessoa prostituída frequenta bares, em associação com os donos do local, e ao mesmo tempo em que oferece serviços sexuais, influencia que o comprador de sexo também consuma os produtos disponíveis no bar, como bebidas, comidas e drogas. A prostituição pode ocorrer no mesmo local ou em outro dependendo do acordo. (Mendes, 2022)

A seguir serão apresentados alguns dos mais comuns fatores de entrada e permanência no sistema de prostituição apontados na literatura sobre o tema. No entanto, é de extrema importância ressaltar que cada história e trajetória das pessoas prostituídas é única, e não se pretende, de forma alguma, generalizar ou simplificar esse processo. O objetivo destes parágrafos é contextualizar as possíveis situações em que os indivíduos podem se encontrar, onde podem ter apresentado um, vários ou nenhum dos fatores que serão desenvolvidos.

Segundo Joana dos Santos (2007), a principal justificativa de prática da prostituição apresentada por indivíduos inseridos no sistema é a carência de recursos económicos. A pobreza é repetidamente apresentada na literatura sobre o tema como um fator tanto de entrada quanto de permanência no sistema, mas não é o único. Alguns destes fatores serão relacionados ao caráter económico, como baixa ou nenhuma qualificação escolar ou profissional, exclusão social e empregos anteriores (quando existentes) precários, informais e com baixa remuneração. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) (Department of Health, Social Services and Public Safety of UK, 2015) A dificuldade em encontrar outros meios de subsistência é um fator de entrada e, depois de a pessoa já inserida no sistema, descobre que a prostituição não resulta em grandes retornos financeiros para o indivíduo que se prostitui, e a carência se mantém como justificativa de permanência e obstáculo de saída, como dito pela assistente social Conceição Mendes na entrevista já referida (2022). Nas palavras de uma das entrevistadas do Estudo Diagnóstico: “Estava sem trabalho, no Porto, havia umas casas de alterne onde eu conhecia umas moças e no desespero fui para lá. Já tinha três meses de renda em atraso, não tinha outra saída.” (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 80) Uma vez inseridos no sistema e sob o controlo de um proxeneta ou rede de prostituição, a fragilidade económica se acentua e passa também a configurar uma série de dívidas referentes a arrendamento de habitações, cuidados com os filhos e outros, intensificando a dependência e dificultando o afastamento da prostituição. (Mendes, 2022)

As relações familiares problemáticas também são apontadas como um fator de grande relevância pela assistente social Conceição Mendes e suportadas pela bibliografia, como famílias de origem instáveis e com históricos de violências físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais, negligência parental, autonomização precoce do indivíduo ainda na infância, ausência de uma rede de suporte familiar ou de uma comunidade de apoio externa. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) (Department of Health, Social Services and Public Safety of UK, 2015) (Baker, Dalla, & Williamson, 2010) (Baker et al., 2010) Além de promover traumas psicológicos graves e uma socialização deficitária, as consequências da ausência de uma rede familiar saudável refletem também no ambiente de formação académica na juventude, onde as mulheres entrevistadas no *Estudo Diagnóstico sobre as Mulheres no Sistema de Prostituição em Lisboa* (2021b) indicam que além de não se sentirem pertencentes à escola pela exclusão social devido a carência de recursos económicos, também eram desmotivadas a concluir os estudos básicos pela família e precocemente abandonavam a escola, contribuindo para uma posterior dificuldade em encontrar empregos qualificados com remuneração digna e suficiente para manterem-se.

De acordo com o estudo diagnóstico (2022b, p. 78) cerca de 63% das mulheres entrevistadas referiu alguma fragilidade na área da saúde, principalmente de saúde mental, destacando-se relatos de “depressão, ansiedade e ideação suicida”. A maior parte das entrevistadas também relata no estudo que não tem acompanhamento regular de médicos especializados, e dentre as que possuem, apenas uma revela a situação de substituição ao médico de família que a atende. Estes dados evidenciam a precariedade no acesso geral aos cuidados de saúde, que carregam consequências físicas e psicológicas gravíssimas. O abuso e vício em álcool também aparece mencionado por Mendes (2022) como um agravante da dependência da substituição e da situação de saúde.

No que diz respeito ao uso de substâncias psicoativas ilícitas, algumas pessoas ingressam no sistema de prostituição já na condição de adição, para financiar a compra de drogas e outras iniciam o uso enquanto no sistema (Department of Health, Social Services and Public Safety of UK, 2015). Neste último caso, seja como meio de sobreviver aos abusos físicos e psicológicos envolvidos, numa tentativa de distanciarem-se ou desconectarem-se da realidade violenta que experienciam ou até forçadas por proxenetas ou outras figuras de poder no sistema, como uma forma de exercerem o controle mais facilmente sobre elas (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 37, citando HØigard & Finstad, 1986 e Graaf et al, 1995). A adição torna-se um fator especialmente relevante neste cenário, pois além de ser em si um agravante vinculador da mulher à prostituição, interfere profundamente no seu estado da saúde física e mental e na condição de exclusão social resultante do estigma relacionado ao uso de drogas, enfraquecendo seus vínculos sociais e ainda prejudicando sua possível situação de habitação, de dívidas e de envolvimento com o sistema legal e criminal (Department of Health, Social Services and Public Safety of UK, 2015, p. 13).

Outro fator de considerável relevância a ser discutido é a idade de inserção no sistema de prostituição, que muitas vezes acontece precocemente durante a infância ou início da adolescência, e faz com que o indivíduo não experiencie condições tradicionais e saudáveis de socialização e desenvolvimento. Seja por motivos de aliciação, tráfico de pessoas, dependência química ou violências diversas, este fator torna ainda mais difícil a saída do sistema. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) (Department of Health, Social Services and Public Safety of UK, 2015)

De modo geral,

“aqueles que tendem a ser os traços mais comuns, em matéria de história familiar das mulheres em situação de prostituição: fratrias numerosas, ausência de figuras parentais, negligência, maus-tratos, violência, iniciação sexual precoce, causada por abusos sexuais na família, desagregação familiar, autonomização precoce e parentificação, carência afetiva, gravidezes precoces e institucionalização no sistema de acolhimento, alcoolismo

ou adições de progenitores e progenitoras." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 58)

Em muitas ocasiões, como indica Conceição Mendes (2022), a pessoa prostituída distancia-se de seu círculo social de apoio, quando este existia a priori. Seja por não querer revelar a situação de prostituição por vergonha, seja por proibição por parte de uma figura controladora no meio ou por deslocamento físico para longe do círculo, o indivíduo encontra-se isolado tanto de seu grupo quanto é isolado intensionalmente pelo resto da sociedade. (Maria José Núncio, 2022) O estigma social afasta as possíveis novas relações e ou impõe anonimato e solidão. Como os outros fatores apresentados, esta circunstância de fragilidade social e abandono pode ser tanto um motivo de entrada quando de permanência no sistema de prostituição. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) (Cordeiro, 2012)

É inevitável tocar no tema do tráfico de pessoas quando se fala em prostituição e, apesar de não serem sinônimos, estão fortemente ligados. Em países onde ocorre a prostituição, irá também ocorrer o tráfico de pessoas para que a demanda seja suprida, tendo em vista que o negócio da prostituição exige uma alta rotatividade de indivíduos prostituídos para a satisfação e fidelização dos compradores de sexo. Isto resulta no tráfico internacional e nacional de pessoas que, na esmagadora maioria, são mulheres, adolescentes e crianças tão novas quanto 13 anos. (Fontinha, s.d.)

Apesar de tudo, a situação de prostituição é vista, na maioria dos casos, como transitória e temporária, o que "significa que a permanência no sistema não faz parte dos seus projetos de vida, o que coloca, também, em evidência o conflito interno vivido pelas mulheres, fundado na contradição entre a sua realidade e os seus valores e aspirações." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 191). O conjunto de fatores enunciados anteriormente que, ao longo do tempo, contribui e ata cada vez mais os indivíduos à prostituição e transforma essa atividade que deveria ser temporária em uma violência constante, por vezes durante uma vida inteira. (Núncio, 2022) Assim,

"se abandonarmos, por um momento, alguma da crueza e do anonimato das tendências sociais (e respetiva análise sociológica) e nos concentrarmos na trajetória individual de uma mulher em situação de prostituição, o que vemos é um percurso de vida em que, de um modo ou de outro, falharam todas as grandes instituições socializadoras – a família, a vizinhança, as e os pares e a escola." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 42)

A precariedade econômica, social, familiar, de saúde, de formação acadêmica ou de profissionalização, somadas à grande fragilidade que é a vivência no meio prostitucional em si, configura uma situação de extrema vulnerabilidade do indivíduo prostituído, uma situação indigna de violências e negligências diárias, que contrariam e violam totalmente os Direitos Humanos. A prostituição é um problema social complexo, com agravantes diversificados, em constante mudança e abrangência internacional, com profundas e longas consequências e que é, simplificadamente, o reflexo da sociedade patriarcal, capitalista, preconceituosa e violenta em que vivemos.

1.1. Questões de género no sistema prostitucional

De acordo com o *Estudo Diagnóstico sobre as Mulheres no Sistema de Prostituição em Lisboa* (2021b), estima-se que 85% das pessoas em situação de prostituição sejam mulheres e a maioria dos compradores de sexo, homens. A prostituição está, então, fortemente conectada à desigualdade entre os géneros (Parlamento Europeu, 2014), e esse dado introduz a questão do género como fator de agravamento da situação já vulnerável de prostituição. Se as diversas vulnerabilidades já mencionadas anteriormente levam pessoas a entrar e permanecer no sistema prostitucional, ser mulher se traduz em mais um fator de grande risco.

A divisão sexual do trabalho na sociedade confinando o género feminino ao espaço privado, contido e controlado pelo homem, ao trabalho doméstico e de reprodução, e a noção histórica de posse do homem sobre a mulher condiciona a vivência feminina em todas as esferas da sociedade. (Fávero, 2020) (Merli, 2018) Na ocupação ou ausência de espaços físicos e simbólicos, de papéis de importância no planeamento e tomada de decisões públicas, entre outros, e ainda se traduz na objetificação do corpo feminino. A posse e uso do corpo feminino reside no imaginário do homem, e a submissão da mulher, tão presente e amplamente difundida na sociedade, cultura e media nacional e internacional, resulta em uma vontade e possibilidade de compra do poder. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) Se a sociedade é tão profundamente marcada pelo patriarcado e pela misoginia, o sistema de prostituição, sendo fruto desta, não poderia ser diferente. A partir desta reflexão, buscou-se investigar como o fator de género interfere na vivência do meio prostitucional e quais as consequências diretas na vida das mulheres prostituídas, especialmente no contexto português, a partir principalmente de literatura e pesquisa nacional.

A sociedade como conhecemos é construída de muitas incoerências, e o sistema de prostituição é fruto de uma gigantesca contradição: ao mesmo tempo em que cria a imagem da mulher ideal, que representa o obsoleto arquétipo do feminino, da mulher tradicionalmente condicionada à divisão sexual do trabalho, passiva, moralmente valorizada, dedicada à maternidade e aos afazeres domésticos, a esposa padrão, esta sociedade também justifica a existência do sistema de prostituição para que homens possam satisfazer suas vontades sexuais, consideradas obscenas e imorais, com outras mulheres, concretizadas na imagem da mulher prostituída, o inverso da primeira, classificada como vulgar, sem valor, marginal. A criação dos dois opostos, a mulher ideal versus a mulher prostituída, é uma criação masculina para atender a seus próprios interesses, e serve apenas à este propósito, além de submeter a mulher prostituída a um papel considerado inferior, já que não corresponde aos padrões aceitáveis pela sociedade, contribuindo para o posterior isolamento social e preconceito com sua situação, e "[e]ssa supremacia, não apenas permite aos homens a percepção de se tornarem “proprietários” das mulheres e, por isso, poderem, durante um certo tempo “utilizá-las” em função, exclusivamente, da sua vontade, como representa o epítome da relação totalmente desumanizada." (Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres, 2021b, p. 103)

Este papel, rotulagem social, da mulher prostituída como inferior, marginal, objetificada, menor, aprofunda a autodepreciação e faz com que ela passe a considerar de *estar em* situação de prostituição, com uma noção temporária e que não a define, para *ser* prostituta, como uma característica intrínseca, dificultando ainda mais a saída do sistema, já que essa perda da identidade individual de valor se torna também uma perda da expectativa de um outro futuro. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 40)

A maior antítese na construção da imagem social da mulher prostituída talvez seja a maternidade. Segundo Sara Cordeiro (2012, p. 25), é associada a ideia de “impossibilidade e incapacidade” de formar uma família, ter filhos e ser mãe, à mulher prostituída, como se estar no meio prostitucional impedisse que esse papel fosse exercido, sendo que grande parte das mulheres no sistema é mãe e é responsável pelo sustento integral de seus filhos. Essa responsabilidade é, inclusive, um dos maiores fatores de entrada e permanência na prostituição apresentado por elas, que veem “como um sacrifício necessário, em nome de um bem-maior que é o do amor maternal (Ribeiro, 2004), que constitui, aliás, a principal das prescrições sociais do feminino.” (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 35) O objetivo maior do género feminino pelos olhos do patriarcado, a reprodução e o maternar, se torna então o motivo de entrada no sistema de prostituição, que representa o extremo oposto dos ideais conservadores. É de se frisar que, de acordo com Inês Correia (2014, p. 17), em uma pesquisa desenvolvida por Ribeiro, em 2004, em torno de 75% das mulheres prostituídas entrevistadas tinham filhos, e ainda cerca de 50% dos pais destas crianças não contribuía em nenhum nível para o sustento e criação, o que consolida ainda mais a importância do fator da maternidade na ótica de análise das mulheres no sistema de prostituição.

Assim como mencionado no subcapítulo anterior, também neste caso a mulher prostituída busca esconder dos filhos e pares sua condição no sistema (Correia, 2014, p. 37), levando a divisão de sua imagem perante à sociedade entre mãe, capaz e digna e mulher prostituída, como se estas duas situações fossem excludentes. Além de marginalizar a condição de prostituição, essa omissão de papéis contribui para aprofundar o distanciamento de si próprias, desvalorizando-se, diminuindo a autoestima e a autoconfiança, características encontradas na maioria das mulheres entrevistadas no Estudo Diagnóstico. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b)

Além de filhos, os e as pares são ainda um elemento importante na vida das mulheres. Em alguns casos, os e as pares não estão cientes da atividade de prostituição exercida por elas e existe uma situação de dupla personalidade, ou dupla vida. (Mendes, 2022) Em outros, a atividade é conhecida e não discutida, o assunto não é de fácil aceitação e vivem como se ignorassem o fato ou então é de comum acordo a situação de prostituição e vivem com isso. No mais, pode haver o arranjo em que o ou a par, além de saber da situação, age como proxeneta da mulher prostituída, e então a relação passa a ser também de poder emocional, financeiro e físico sobre a mulher. (Mendes, 2022) (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b)

Transversal a qualquer arranjo familiar em que a mulher prostituída se encontre estão as diversas violências do meio, seja física, emocional, sexual, patrimonial ou/e de género. Nas palavras de Ana Sofia Fernandes, o "sistema de prostituição é a normalização da violência contra as mulheres." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021a), praticada na esmagadora maioria por homens, e que reflete profundamente as engrenagens da sociedade patriarcal e capitalista em que vivemos e os antecedentes de vida de cada mulher. (Cordeiro, 2012) A vontade masculina e o capital são colocados acima da dignidade e dos direitos humanos das mulheres, enquadrando-as em uma situação precária e de negação de seus direitos básicos.

“Desta forma, a prostituição reveste-se de extrema violência e fere severamente a condição feminina e a própria dignidade humana. Quando nos confrontamos com uma realidade onde temos mulheres obrigadas a trabalhar como prostitutas, contra a sua vontade, e nos defrontamos com situações em que a mulher prostituída é obrigada a trabalhar em condições que não pôde escolher, podemos considerá-las (sic) como vítimas de toda uma emboscada e de um conjunto de fatores que determinaram e conduziram à prostituição.” (Cordeiro, 2012, p. 79)

Sendo assim, é imprescindível que existam apoios e programas de saída do sistema de prostituição que identifiquem, acolham, informem e forneçam ajuda e ferramentas diversas para que estas mulheres possam e se tornem capazes de sair do meio prostitucional em busca de uma vida dignificada e livre de tantas violências e limitações.

1.2. Enquadramento histórico-legal em Portugal e programas de saída

Atualmente, em Portugal, a prostituição é uma atividade não legalizada e descriminalizada. Praticá-la não constitui um crime, porém não existe um conjunto de medidas e leis que a regulamentarize. Esta situação traz diversas consequências para a vida da pessoa prostituída e para todos os agentes envolvidos no sistema, e este capítulo dedicar-se-vai a fazer um breve enquadramento histórico-legal da prostituição em Portugal e, em um segundo momento, discorrerá acerca de apoios, estratégias e programas de saída mais relevantes para o contexto desta investigação.

A ótica do estudo sobre a prostituição alterou-se, com o passar do tempo, em consoante com as mudanças na visão social da prostituição, assim como a legislação sobre o tema. (I. M. M. Correia, 2014) Resumidamente, a legislação em relação à prostituição em Portugal pode ser dividida em três momentos: de 1853 a 1962, chamado de regulamentarismo; de 1963 a 1982, chamado de proibicionismo; e a partir de 1983, com a despenalização da prostituição.

Sobre o primeiro momento, o regulamentarismo, foi uma época em que a prostituição era vista como algo de impacto negativo na sociedade, mas de difícil supressão, e então são criadas uma série de leis e regras com o objetivo de minimizar os possíveis riscos e consequências que o exercício da prostituição pode causar, tanto sob a ótica da saúde quanto da segurança pública, além de reprimir ativamente a prática e as mulheres que se prostituíam. (Barroso-Pavía, 2020) Entre as imposições feitas, destaca-se a exigência de uma inscrição no registo de mulheres, incluindo suas informações pessoais e fotografias para eventuais inspeções por parte do Estado.

No segundo momento, desenvolve-se o proibicionismo, com o surgimento de forças favoráveis à proibição do exercício da prostituição (D. F. G. Correia, 2019), sucede-se o Decreto-Lei nº 44579 de 19 de Setembro de 1962, que vigora de 1963 até 1982. Esta medida faz com que a prostituição seja um crime passível de prisão, no entanto somente a pessoa que se prostitui é punida, e o comprador de sexo segue livre de penalizações. Esta resolução fez com que as mulheres se prostituíssem ilegalmente e escondidas (D. F. G. Correia, 2019), e resultou em uma “total exclusão e clandestinidade para evitar qualquer tipo de represália pelas autoridades.” (Barroso-Pavía, 2020, p. 7), traduzindo a visão extremamente patriarcal e misógina que imperava na época, criminalizando apenas as mulheres pelo ato, e que ainda é encontrada na sociedade de hoje, mesmo que em outros níveis e configurações.

A seguir, com a despenalização da prostituição em 1983, o Decreto-Lei nº 400/82 revoga o de 1962 e, como é na atualidade, descriminaliza a prostituição e passa a configurar como o crime o lenocínio. Esta configuração coloca a prostituição em uma espécie de limbo, onde não se pune a pessoa que se prostitui, mas tampouco existem meios que possibilitem e facilitem sua saída do sistema de prostituição; onde se criminaliza o lenocínio, mas não se penaliza a compra e o comprador de sexo, e acaba permitindo que o sistema siga existindo, crescendo e lucrando.

Em consonância com a abordagem da associação O Ninho, que norteia o projeto de arquitetura desta dissertação e grande parte da fonte de pesquisa acerca do tema da prostituição, assim como da Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres, e outras entidades relacionadas ao estudo e apoio, de diversas formas, a pessoas em situação de prostituição, a bibliografia selecionada vai de acordo com esta visão de que a prostituição é uma forma grave de violência contra as mulheres e infringe os Direitos Humanos, e não de que pode ser regulamentada como uma profissão ou atividade legal, já que as consequências são, como mencionado neste capítulo, a normalização da violência e o enriquecimento de proxenetas e do Estado às custas das pessoas prostituídas, que pouco ou nada recebem em troca, além de traumas que perduram uma vida inteira. (Fontinha, s.d.)

Com o parágrafo anterior em vista, a seguir são apresentados alguns estudos, estratégias, apoios e programas de saída que partilham do objetivo de auxiliar e fornecer os meios necessários para que a pessoa prostituída possa e se sinta capaz de caminhar para saída do sistema, processo esse complexo, longo e extremamente individual e, portanto, diferente para cada um. A singularidade encontrada no passado da pessoa em situação de prostituição e na sua condição atual vai desencadear necessidades e ferramentas diferentes na trajetória, devendo ser tratadas com muita cautela, empatia, com uma abordagem holística e ampla, levando em consideração as múltiplas vulnerabilidades encontradas, no sentido de melhor auxiliar em cada etapa do processo, no ritmo da pessoa prostituída, tendo em vista o objetivo de uma vida dignificada, de direitos e deveres respeitados, humanizada e livre de violências. (Mendes, 2022) (Núncio, 2022) (Fontinha, s.d.) (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b)

A literatura sobre programas de saída da prostituição caracteriza a “saída” como um processo, em oposição a um evento. (Mossman & Mayhew, 2007, p. 7) Geralmente, a pessoa prostituída tenta algumas vezes sair do sistema, podendo voltar a situação de prostituição antes que consiga, de forma definitiva, libertar-se. (Baker et al., 2010) Neste processo, a pessoa acaba por planejar a saída por um longo tempo, tentando organizar-se em diversas esferas, como financeiramente, para o objetivo final. É importante frisar que a pessoa prostituída pode necessitar de auxílio para este processo de planejamento enquanto ainda está vinculada ao sistema de prostituição (Baker et al., 2010, citando Sanders', 2007), evidenciando a necessidade de programas de apoio especializados, que tenham conhecimento aprofundado sobre o sistema de prostituição como um todo, e que estejam dispostos a participar desde o início do processo. Ou seja,

"A definição de estratégias e programas para saída do sistema de prostituição tem de compreender uma análise realista e aprofundada dos múltiplos fatores e vulnerabilidades que estiveram na base da sua entrada e reentradas nesse mesmo sistema, na medida em que são, exatamente, esses fatores e essas vulnerabilidades, que funcionam como barreiras à efetiva oportunidade de escolha, por parte destas mulheres." (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 41)

No geral, os principais pontos de apoio são comuns à diversas literaturas, como apresentados nas publicações de Baker et al. (2010); Department of Health, Social Services and Public Safety of UK (2015); Fontinha (s.d.); Mossan & Mayhew (2007); Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2021b); The Home Office of the United Kingdom (2011); entre outros, e ainda citados nas entrevistas com a Professora Doutora Maria José Núncio (2022) e com Conceição Mendes (2022). No contexto desta investigação, serão levados em consideração os que mais se aplicam à realidade portuguesa e estão caracterizados a seguir, resumidamente e divididos em tópicos para melhor compreensão, porém sem hierarquia de importância entre eles:

1. Apoio psicossocial extenso e continuado: este ponto é caracterizado pelo contato, conversa e apoio, por parte de pessoal especializado, com a pessoa em situação de prostituição, em meios de saída do sistema ou que já se encontrem fora do sistema. O planejamento da saída do sistema e posterior plano de vida são fundamentais. O trabalho para reconquista da autoestima, independência, confiança e na ressocialização também devem ser levados em conta.

2. Apoio e tratamentos de saúde: seja fornecido pela instituição ou pelo Estado, tratamentos e acompanhamento de saúde, tanto física quanto mental, é de extrema importância e necessidade. Passando pela prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, tratamento de adições e no acompanhamento geral da saúde por um profissional especializado, que esteja a par da situação de prostituição atual ou passada, para que os tratamentos sejam específicos e individualizados.

3. Acesso à habitação e cuidados com os filhos e as filhas: tanto de caráter emergencial quanto de média e longa duração, o acesso a habitação digna é um ponto imprescindível, e pode ser caracterizado por diversos programas Estatais ou ligados a associações e entidades. A casa é uma peça essencial na recuperação física e mental do indivíduo, e a sensação de segurança, acolhimento, conforto e estabilidade deve ser objetivado neste espaço. Além, é necessária a garantia de cuidado e inserção em uma rede de ensino para os filhos e filhas e a possibilidade de habitarem no mesmo espaço.

4. Profissionalização e inserção no emprego: com o intuito de proporcionar independência financeira do sistema de prostituição, é necessário apoio no treinamento e profissionalização, se requeridos, e posteriormente na inserção no mercado de trabalho, podendo ser feito através de instituições e entidades parceiras e/ou ligadas ao governo.

5. Apoio jurídico, legal, social e de segurança: orientação e auxílio para buscar resolver possíveis situações perante a justiça, no que diz respeito a documentação, legalizações, denúncias e proteção e, ainda, se fazer conhecer os apoios sociais fornecidos pelo governo.

No contexto de Portugal, foi identificado um programa de saída do sistema de prostituição, promovido pela Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres, chamada proposta de

Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição¹, no contexto do projeto EXIT, que será tratado mais à frente. No entanto, as respostas práticas aplicáveis sugeridas no estudo não existem de forma organizada. De acordo com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2021b), os apoios existentes são insuficientes, principalmente quando diz respeito a mulheres responsáveis pelo sustento de seus filhos, e não adaptados para a realidade do sistema prostitucional, além de não serem suficientemente divulgados e conhecidos pelos indivíduos, o que dificulta ainda mais o processo de saída. Os apoios existentes, sejam estes pecuniários, de acesso à habitação e de profissionalização e inserção no emprego são desarticulados e não funcionam em conjunto e, portanto, são falhos no que diz respeito ao auxílio no processo de saída.

A não especificidade dos apoios traz ainda o agravante da estigmatização. Profissionais das mais diversas áreas, quando não orientados e a par da situação do meio prostitucional, podem reproduzir preconceitos sociais durante os atendimentos e agravar as vulnerabilidades já presentes nos indivíduos que buscam ajuda. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b)

Acerca do contexto da cidade de Lisboa, como identificados na Proposta de Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição na seção “Valorização e capacitação”, os principais pontos da estratégia podem ser identificados resumidamente como:

1. Criação de casas de acolhimento, como resposta temporária e de emergência para mulheres que tem intenção de sair do sistema;
2. Atribuição de subsídio temporário e emergencial;
3. Auxílio na formação de capacitações sociais e cotidianas;
4. Formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho e
5. Apoio para a saúde, física e mental, e acompanhamento psicossocial prolongado e individualizado.

É de se salientar que, de acordo com o estudo diagnóstico (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b, p. 89), durante as entrevistas à mulheres prostituídas, foi constatado que todas as que já haviam saído do sistema receberam apoios e, ainda, os classificam como “determinantes para a saída do sistema.” Os programas de saída, para além dos objetivos

¹ A proposta de Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição foi primeiramente apresentada no dia 19 de novembro de 2021, pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e pode ser acessada em: <https://plataformamulheres.org.pt/leiria-apresentacao-da-proposta-de-estrategia-nacional-de-prevencao-e-apoio-a-saida-do-sistema-de-prostituicao/>

específicos e concretos que foram enumerados, devem também levar em consideração o empoderamento, a autonomização, ressocialização e capacitação dos indivíduos. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021b) As diversas violências e privações de vivências consideradas habituais, como a circulação urbana, a utilização da rede de transportes públicos, o planeamento das atividades diárias e de lazer, das finanças pessoais mensais, compras de mantimentos, ente outros, pode parecer desimportante ou de menor relevância, mas configura uma série de incapacidades e limitações complexas que podem prejudicar em diversos níveis o percurso. (Mendes, 2022) (Núncio, 2022)

No tocante à reconstrução da imagem pessoal, autoestima, autoconfiança e amor-próprio, será um trabalho contínuo e conjunto com todos os outros aspectos do programa de saída. A gradativa reapropriação de uma vida digna, onde os direitos e deveres são respeitados e cumpridos, é um grande passo nesse sentido, além da troca de experiências com outras pessoas em situações semelhantes, o acompanhamento constante com um profissional da saúde mental e o planeamento de vida com uma rede de apoio. É, acima de tudo, necessário tempo para curar todas as dores e cicatrizes, sejam físicas ou não, e cada indivíduo apresentará o seu ritmo e os seus limites, devendo estes serem profundamente respeitados. (Mendes, 2022) (Núncio, 2022)

Apesar de não terem sido identificados nenhum apoio ou programa de saída governamental, em Portugal existem algumas associações e projetos que se dedicam a este fim, tanto no apoio direto a mulheres prostituídas, quanto na divulgação de informação e debate sobre o tema, e na luta contra o sistema de prostituição e contra a legalização do mesmo.

Entre eles, destaca-se o projeto EXIT², da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, que teve uma duração de Abril de 2019 à Outubro de 2021, teve como objetivo estudar e compreender o sistema de prostituição em Portugal, sua organização, os motivos que levam mulheres a entrarem e permanecerem no sistema, as necessidades que elas apresentam e o que precisam para a saída da prostituição, e ainda promover e propor respostas de saída, a formação de profissionais especializados no tema, a divulgação de informação e sensibilização de jovens e da educação geral da população. (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, sem data) Deste projeto surgiu a publicação do Estudo Diagnóstico sobre as Mulheres no Sistema de Prostituição em Lisboa e a proposta de Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição, ambos essenciais no embasamento desta investigação e no contexto de produção de informação em território nacional.

² O projeto EXIT - Direitos humanos das mulheres a não serem prostituídas: resultados do projeto feminista abolicionista do sistema de prostituição, está disponível para consulta e download em: <https://plataformamulheres.org.pt/artigos/projetos/exit/>

Ainda, de acordo com a página da web da Fundação Madre Sacramento das Irmãs Adoradoras, sem data, ressalta-se a Equipa de Intervenção Social MICAELA³, parte integrante da Fundação, com atividades na cidade de Coimbra, que tem como missão promover o apoio, dignificação e empoderamento de indivíduos prostituídos, principalmente mulheres, através do acolhimento, consolidação de projetos de vida, apoios jurídicos e legais, acompanhamento e orientação na inserção no mercado de trabalho, entre outros. “Acreditamos numa intervenção social positiva, centrada nas capacidades e potencialidades de cada pessoa, que promova mudanças estruturais.” (Fundação Madre Sacramento, sem data) Conta também com a Estrutura de Emprego Protegido (EEP), “que é uma plataforma intermédia de integração sociolaboral e de formação”, para mulheres em acompanhamento pela Equipa MICAELA, que apresentem maiores dificuldades na inserção no mercado de trabalho, e contribui para o treinamento e formação de habilidades por um período de até um ano. (Fundação Madre Sacramento, sem data)

No mais e principalmente, identificou-se o trabalho da associação O Ninho⁴, que atua no processo de acompanhamento, auxílio, acolhimento, formação, ressocialização e empoderamento de mulheres prostituídas em vias de sair do sistema na cidade de Lisboa, e será o assunto abordado no próximo subcapítulo e a entidade que norteia o projeto de arquitetura desta dissertação.

³ Denominada de ERGUE-TE até 2021 e criada em 2009, a Equipa de Intervenção Social MICAELA atua no distrito de Coimbra e sua atividade, assim como mais sobre a Fundação Madre Sacramento da qual faz parte pode ser acessada em: <https://fmsacramento.pt/equipa-de-intervencao-social/>

⁴ O trabalho da associação O Ninho pode ser consultado online na página Facebook da associação em: <https://www.facebook.com/associacaooninho/>

1.3. A associação O Ninho

Pautado em material bibliográfico, no website e nas redes sociais da associação, em entrevista com a Professora Doutora Maria José Nuncio, diretora d'O Ninho à época da entrevista, e com a assistente social Conceição Mendes, atuante na associação e ainda em uma visita aos espaços físicos da entidade, este subcapítulo discorrerá sobre a associação O Ninho, seus objetivos e valores, um breve enquadramento histórico acerca de sua trajetória, seu trabalho atual e, com mais ênfase, sobre suas instalações e edifícios, focando então no enquadramento da proposta de arquitetura desta investigação, uma Casa para O Ninho.

A associação O Ninho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e uma Instituição Católica, que nasce em Portugal em 1967, no mesmo modelo da associação O Ninho francesa, sendo esta fundada em 1936, em Paris, pelo Padre André Marie Talvas. O principal objetivo da associação é “a promoção humana e social de mulheres prostituídas e de mulheres traficadas para fins de exploração sexual.” (Fontinha, s.d., p. 1)

Para esse fim, O Ninho propõe um trabalho de acompanhamento das mulheres prostituídas e de seus núcleos familiares que tenham intenções de sair do sistema, através de uma relação de proximidade afetiva medida entre os técnicos da associação e as mulheres. De acordo com Fontinha (s.d., p. 2), este caminho consiste em três conhecimentos profissionais diferentes, sendo o primeiro o conhecimento da realidade da mulher prostituída, sua situação e diversas vulnerabilidades, sem perder de vista que se trata de um cidadão com direitos e deveres; o segundo ponto é a empatia pela pessoa auxiliada, a compreensão, compaixão e tratamento com máxima dignidade acerca de todo seu passado e história que a levaram até a prostituição, além de emponderá-las e fazê-las crer que a mudança de vida é sim possível e que são capazes de realizá-la; e por fim, o terceiro é a concepção e planejamento de um projeto de nova vida, levando em consideração a mulher prostituída ao longo de todo o processo.



Figura 1: Associação O Ninho (2014, 15 de julho). Imagem retirada da página da web do Facebook da associação e editada pela autora

Para que isto possa acontecer, a instituição busca trabalhar em conjunto com entidades e órgãos públicos, com encaminhamento e articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, com o Tribunal, com as Juntas de Freguesia e Centros de Emprego, com os Centros Regionais de Segurança Social, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com Hospitais e Centros de Saúde, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, com escolas, creches e jardins-de-infância e ainda conta com trabalho em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outros, e utilizar os diversos serviços existentes, mesmo que não especializados em pessoas prostituídas. (Fontinha, s.d., p. 9)

A associação O Ninho, em concordância com sua gênese, objetivos e valores, condena profundamente o sistema de prostituição, considera que é uma violação dos Direitos Humanos proveniente das desigualdades sociais, econômicas e de poder entre homens e mulheres, e que legalizar a prostituição seria correspondente a “legalizar máfias e organizações criminosas que traficam crianças, jovens e mulheres tornando-as escravas dos tempos modernos, apoiando a violência institucionalizada pelo Estado (sic) tornando-o proxeneta pactuando com criminosos.” (Fontinha, s.d., p. 3), e procura promover e possibilitar um percurso de saída do sistema, enquanto combate a sua existência e legalização, porém sem nunca culpabilizar ou criminalizar as mulheres prostituídas, mas sim os proxenetas, compradores de sexo e demais agentes envolvidos na organização e controle do mesmo.

A organização da intervenção d'O Ninho é dividida em algumas partes, nomeadamente o **Trabalho e Equipa de Rua**, onde o objetivo é conhecer o meio prostitucional e todos os agentes e pessoas envolvidos, a realidade da pessoa prostituída, suas fragilidades, necessidades e vulnerabilidades, sendo este o primeiro contacto da associação com as pessoas inseridas no sistema, e tem também como propósito fazer conhecer a associação e sua função, divulgar informação e estabelecer relações pessoais, chamado de “investigação/ação” (Fontinha, s.d.) (Núncio, 2022) (Mendes, 2022), onde a escuta e valorização de cada história é fundamental para que se estabeleçam relações de confiança com os técnicos; seguido pelo **Centro de Atendimento**, localizado na Rua Luciano Cordeiro, nº 59, onde ficam abrigados alguns serviços administrativos e escritórios, é um local seguro para receber e ouvir quem quiser e necessitar e promover a disseminação de informação acerca dos recursos da associação (Fontinha, s.d.) (Núncio, 2022) (Mendes, 2022) e, como parte do processo, serão avaliados, entre outros, quais as necessidades que O Ninho pode corresponder com iniciativas de auxílio, encaminhamento para outras entidades e órgãos públicos, para tratamentos e acompanhamento de saúde física e mental, com consultas e acompanhamento psicológico e, eventualmente e se preciso for, o ingresso na comunidade de inserção com alojamento, o **Lar**, da instituição (Fontinha, s.d.) (Núncio, 2022) (Mendes, 2022); ainda no mesmo edifício do Centro de Atendimento estão localizadas as **Oficinas**, que funcionam como um treino de habilidades para uma futura inserção no emprego, mas sem o objetivo de serem cursos profissionalizantes, operando como uma transição, uma ponte, entre o sistema de prostituição e o mercado de trabalho; ainda, existe o **Serviço de Seguida**, que acompanha e mantém contacto com as ex-estagiárias, como são chamadas as

mulheres abrangidas pelos sistemas de apoio da associação que frequentam o Lar e as Oficinas, e que presta ajuda em eventuais momentos ao longo de suas vidas e reafirma a instituição como um ponto de apoio, um porto-seguro, para estas mulheres. (Fontinha, s.d.) (Núncio, 2022) (Mendes, 2022)

Condensando a informação anterior, atualmente a associação conta com dois espaços físicos: o Centro de Atendimento e o Lar. Em entrevista com Conceição Mendes (2022), a assistente social aponta que, idealmente, seriam necessários três espaços para melhor atender a instituição, sendo o terceiro uma unidade de apoio à Equipa de Rua, que hoje também está localizado no Centro de Atendimento. A associação ocupa espaços alugados e/ou fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, espaços estes que não foram pensados ou adaptados para as necessidades d'O Ninho, o que ocasiona problemas e dificuldades diários, como de organização e armazenamento, falta de espaços de qualidade para a realização das Oficinas e atendimentos e principalmente de acessibilidade, tendo em vista que nenhum dos espaços da instituição dispõe de um elevador ou rampas, por exemplo, sendo que a saúde física e a mobilidade das mulheres que buscam a associação é, na maioria das vezes, condicionada.

O Lar, cuja localização não será revelada por motivos de segurança e por pedido da associação, era um alojamento de estudantes antes de ser destinado ao Ninho, e a construção original era uma grande residência unifamiliar, e apesar de ser relativamente similar ao uso atual no quesito alojamento, não atende as necessidades complexas que o Lar apresenta hoje, nem em sua estrutura física, nem em seu funcionamento ou implantação. Quando questionada sobre quais e como seriam as condições e estruturas ideais para o funcionamento do Lar, Conceição Mendes reflete por alguns segundos e responde que nunca havia pensado sobre, ou nunca pôde, já que as condições de ocupação são sempre escassas e limitadas, além de contar com acordos e contratos que podem ser finalizados à qualquer momento, que acabam por aceitar as opções que têm e fazem funcionar o melhor possível nas condições em que se encontram.

Tendo em vista a importância da estrutura do Lar no funcionamento da associação O Ninho, e em o quão significativo é ter um espaço pensado e planejado para contribuir no processo de saída do sistema de prostituição e abrigar, física e metaforicamente, o caminho de dignificação da vida de mulheres que foram prostituídas, sua recuperação física, mental e social, no processo de empoderamento, ressocialização e transição de um meio extremamente violento para uma vivência acolhedora e gentil, o projeto de arquitetura desta investigação focar-se-á na proposta de uma Casa para O Ninho.

Capítulo 2 | Implantando o Programa

Com o projeto de uma Casa para o Ninho em perspectiva, iniciou-se a busca e escolha do local de implantação, e foram levados em consideração diversos fatores enunciados pela assistente social Conceição Mendes durante a visita e entrevista na associação. Neste segmento, a investigação tratará acerca do local de implantação da proposta, sua envolvente próxima e sua relação com a malha urbana e de transportes e, ainda, contará com um breve enquadramento histórico do bairro e da rua onde se localiza, seguido por uma seleção de referências arquitetônicas e uma análise das mesmas para contribuição no desenvolvimento do projeto e, por fim, uma reflexão relativamente à consolidação do programa como norteador do projeto de arquitetura, utilizando de pesquisa bibliográfica e documental, visitas e fotografias do local à intervir, seleção e análise de projetos de arquitetura relevantes ao tema, além das já mencionadas entrevistas à Conceição Mendes e Maria José Núncio.



Figura 2: Localização do Centro de Atendimento da associação O Ninho na cidade de Lisboa. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

Como foi discutido, é necessário que as mulheres residentes se desloquem diariamente da Oficina, localizada no Centro de Atendimento da associação na Rua Luciano Cordeiro, em Santo António, até o Lar, na hora do almoço e, de acordo com Conceição Mendes, o ideal seria que essa deslocação pudesse ser realizada tanto a pé quanto por transportes públicos. Atualmente, esta deslocação só é possível de autocarro e demora em torno de trinta minutos cada trecho, o que reduz o horário livre do almoço de duas horas para apenas uma. Sendo assim, surgem as duas primeiras condicionantes; que a Casa fosse localizada em um raio de aproximadamente 1 km ao entorno do Centro de Atendimento, resultando em aproximadamente 15 minutos de caminhada, e que fosse servido por transportes públicos, incluindo a rede metroviária. Além disso, tratando-se de um

programa predominantemente residencial, de acolhimento, cura e ressocialização, pretende-se que a Casa seja inserida em uma área relativamente residencial e consolidada, que possa eventualmente oferecer uma atmosfera de comunidade.

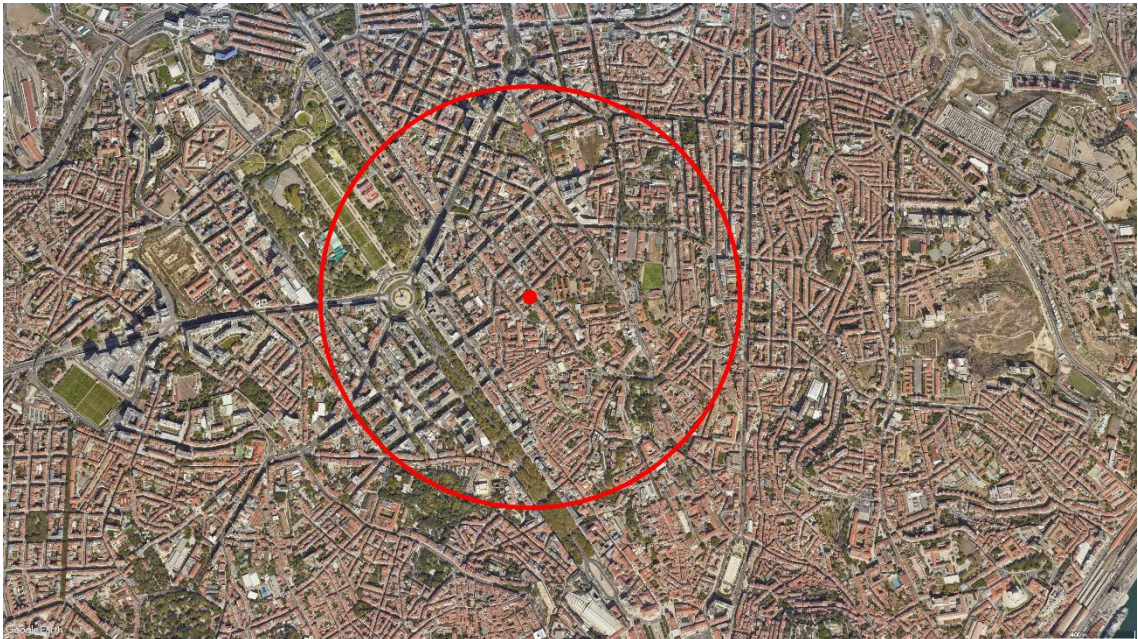


Figura 3: Centro de Atendimento e área do círculo de raio 1km ao seu redor. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora



Figura 4: Centro de Atendimento, ao centro da imagem, e terreno escolhido à direita. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

Para tal, buscou-se por lotes desocupados, abandonados ou que fossem constituídos por edificações degradadas para o local de implantação do projeto e, considerando os fatores condicionantes citados, o lote escolhido encontra-se na Rua das Barracas, sem número, ao fim da rua sem saída.

O lote, de aproximadamente 540 metros quadrados, localiza-se a Este do fim da rua, e para os efeitos desta investigação, será considerado como toda a área identificada na figura 5. O objetivo é considerar uma área de estudo mais ampla, além dos limites do terreno em si, para que se possa pensar e propor não apenas o edifício, mas também a zona envolvente próxima, proporcionando espaços públicos de qualidade e novas conexões pedonais à atual rua sem saída. Esta estratégia vai ao encontro da perspectiva ampla e com considerações de género desta dissertação ao expandir o olhar para além do lote e projeto individual, considerando a comunidade e a envolvente urbana como essenciais para a construção do bem-estar coletivo.



Figura 5: Área de intervenção. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

O lote faz frente para a Rua das Barracas, à Oeste, e paira sobre a Rua Santa Bárbara à Este. No momento, só é possível acedê-lo pela Rua das Barracas, onde à Sul do terreno avizinha uma edificação residencial de dois pisos, em estado desabitado, e no limite Norte do terreno confronta um edifício residencial multifamiliar de grandes dimensões com sete pisos desde a Rua Santa Bárbara.



Figura 6: Vista do lote por edifício na rua de Santa Bárbara. Autora, 2023



Figura 7: Vista do lote pela Rua das Barracas. Autora, 2023



Figura 8: Vista do lote pela Rua de Santa Bárbara. Autora, 2023



Figura 9: Envolvente em frente ao lote pela Rua das Barracas. Autora, 2023



Figura 10: Trajetos a pé entre o Centro de Atendimento e o terreno escolhido. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

O trajeto entre o Centro de Atendimento e o local escolhido pode ser feito a pé de duas maneiras, e varia de treze minutos pelo trajeto 1, identificado pela linha tracejada, e quatorze minutos de deslocação pelo trajeto 2, identificado pela linha contínua, ambos de aproximadamente 1,1 km cada, identificados na figura x.

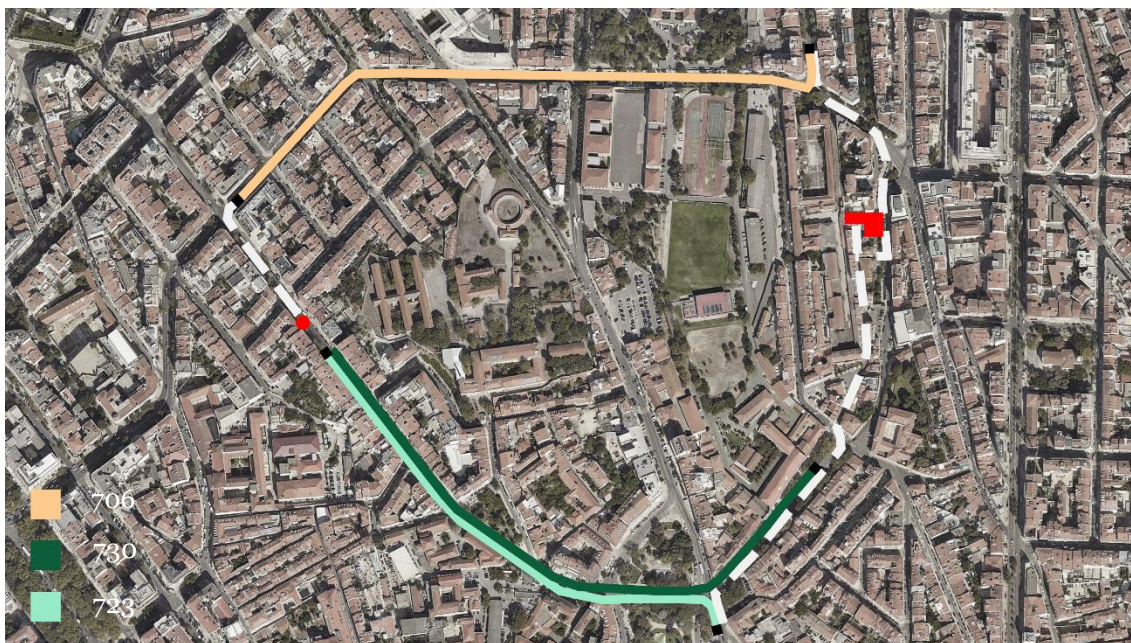


Figura 11: Trajetos utilizando o transporte público entre o Centro de Atendimento e o terreno escolhido. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

De transporte público, no sentido Centro de Atendimento – Casa, o trajeto pode ser feito através dos autocarros de números 706, 723 ou 730, levando de 7 a 15 minutos dependendo do autocarro escolhido e, no sentido contrário, através dos autocarros 712, 723, 730 ou 19b, demorando de 9 a 15 minutos, onde os troços percorridos à pé estão identificados pela linha branca tracejada.



Figura 12: Trajetos utilizando o transporte público entre o terreno escolhido e o Centro de Atendimento. Imagem retirada da página da web do Google Maps e editada pela autora

A Rua das Barracas é uma rua estreita, de uso misto entre peões e veículos, não ultrapassando os 6,5 metros em seu trecho mais largo, e comprida, de aproximadamente 243 metros de extensão. No momento, reúne lotes vazios, construções antigas, algumas destas abandonadas e, em contraste, edifícios recém-reformados, indicando uma tendência de valorização e recuperação da área. A rua conta com quase exclusivamente edifícios de caráter residencial, com exceção da parte Sul, onde se encontra com a Rua Escola do Exército, e identificam-se duas instituições, nomeadamente uma IPSS e um jardim de infância. A rua é pavimentada com alcatrão e não apresenta passeio, salvo no trecho onde encontram-se as duas instituições, e que é também um dos trechos mais largos da via.



Figura 13: Vista de edifício no Largo de Santa Bárbara. Autora, 2023

Na envolvente próxima existe uma variedade de comércios e serviços, entre eles mercados, farmácias, lojas diversas, restaurantes, cafés, hotéis, ginásios, associações, jardins de infância e escolas, em uma malha urbana densa e articulada, fortemente marcada pela Avenida Almirante Reis. A vizinhança é ainda caracterizada por uma forte presença residencial, em edifícios de grande escala de uso misto, variando geralmente entre 4 e 7 andares, com comércios e serviços no primeiro piso e, nos demais, residências. As principais carências identificadas na região são a falta de espaços verdes e de lazer, como jardins e parques infantis, pontos estes a serem discutidos e trabalhados na parte da proposta de arquitetura.

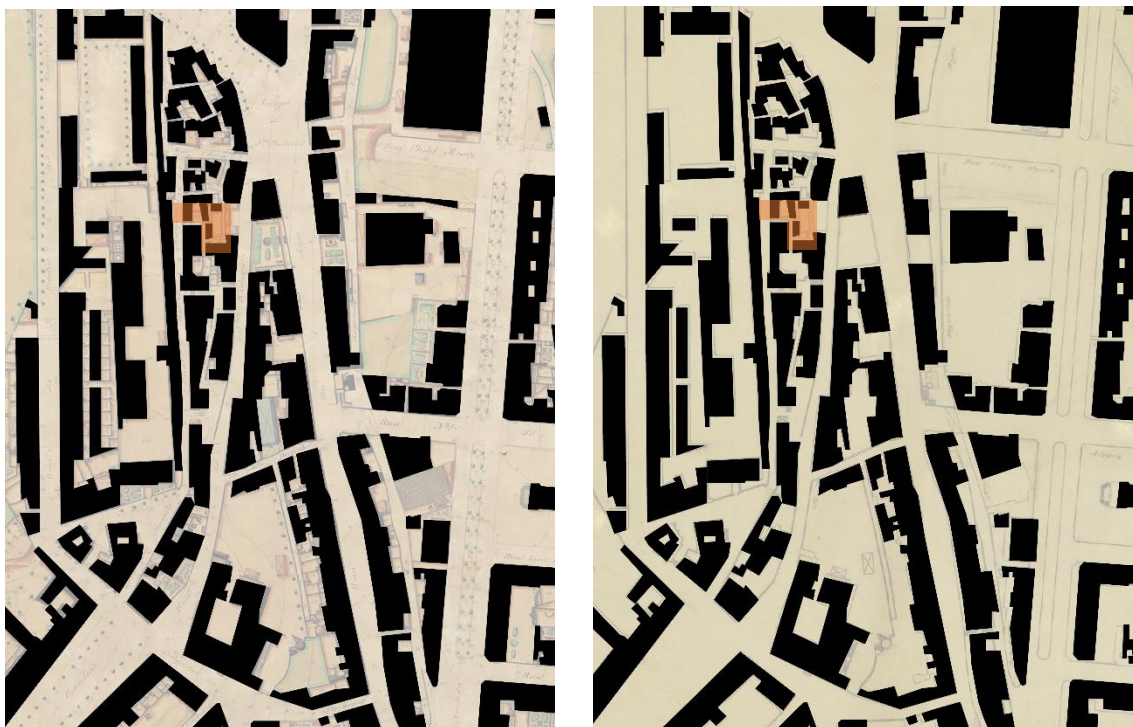
2.1. Breve enquadramento histórico

Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o estudo do local de implantação do projeto e sua envolvente, este trecho tratará brevemente do enquadramento histórico do bairro e da rua escolhidos, apresentando a evolução da malha urbana e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Para isso, conta com a análise de mapas históricos e atuais, consulta a material bibliográfico, documental e fotográfico, além de visitas e observação ao Bairro Anjos e à Rua das Barracas.

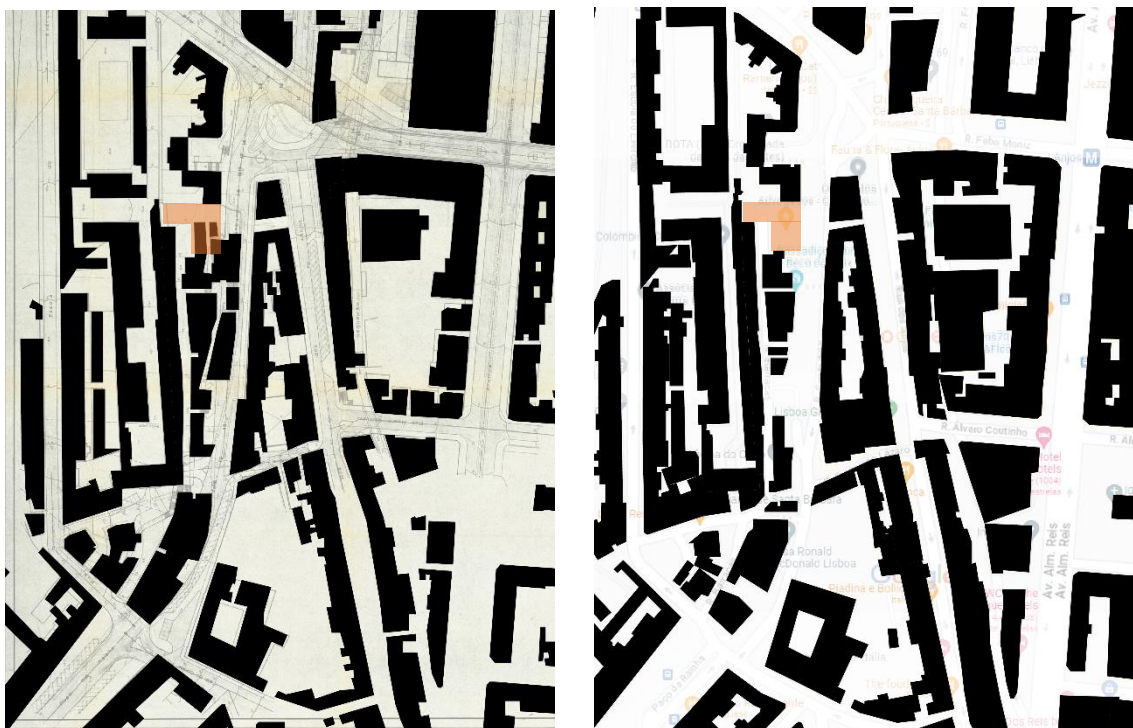
O contexto geográfico da envolvente do terreno na Rua das Barracas sofreu alterações e evoluiu de acordo com a complexificação da malha urbana de Lisboa, atravessando diferentes fases e configurações até encontrar-se como é hoje. Por meio da análise de mapas históricos da região, verificáveis nas figuras de números 14 a 19, percebe-se a densificação da malha e a transição de um contexto rural e mais agrário até a atualidade. Os campos e quintas dão lugar à edificações e vias, num processo gradual de urbanização. Os espaços livres e verdes diminuem à medida que a densificação da malha ocorre, e hoje pode-se observar que são reduzidos tanto em quantidade quanto em tamanho.



Figuras 14 e 15, respetivamente: Carta topográfica: Folque, F. (1858), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023;
Carta topográfica: Goullard, C.; Goullard, F. (1878), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023.
Imagens editadas pela autora



Figuras 16 e 17, respetivamente: Levantamento da planta de Lisboa: Correia, A. S.; Pinto, J. A. V. S. (1910-06), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023; Planta topográfica: Passos, J. A. (1925), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023. Imagens editadas pela autora



Figuras 18 e 19, respetivamente: Estudo de arranjo do largo de Santa Bárbara e da praça do Ultramar: Chagas, M. T.; Fernandes, I. P.; Ferreira, J. (1953), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023; Mapa retirado da página da web do Google Maps (2023). Imagens editadas pela autora

Os mapas apresentados inicialmente, referentes a 1858 e 1878 nas figuras 14 e 15, respetivamente, não diferem muito entre si na ocupação do território, apresentando edificações relativamente escassas e diminutas em relação ao espaço verde, neste caso ainda com caráter de produção rural e, mesmo que não sirva a um propósito de lazer, pode ser lido como um espaço livre, em oposição ao espaço construído e às vias. A partir do mapa de 1916, entretanto, já é possível notar o crescimento e a transformação dos quarteirões e o forte e claro traçado da Avenida D. Amélia, inaugurada em 1903 e que, a partir de 1910, viria a ser denominada Avenida Almirante Reis com a revolução republicana. (Santos, Soares, Ramalhete, & Vicente, 2017, p. 2)

A construção da Avenida Almirante Reis teve um impacto especialmente maior na configuração do entorno, caracterizando-o com muita similaridade ao que hoje se encontra, concretizando “uma das principais artérias de ligação entre a cidade da segunda metade do século XX e a Baixa de Lisboa”. (Santos et al., 2017, p. 3) A avenida teve seu início a partir do fim da década de 1920, estendendo-se desde a Rua da Palma até à Praça Francisco Sá Carneiro, atualmente atravessando as freguesias do Areeiro, Arroios e Santa Maria Maior, e as suas diversas fases de desenvolvimento “refletem a forma como o pensamento urbanístico evoluiu nas cerca de quatro décadas que durou o seu desenvolvimento.” (Lourenço, 2019, p. 90) Este processo desencadeia a expansão e complexificação das vias, do território e da configuração habitacional da zona, suprimindo a necessidade de novas construções consoante o crescimento demográfico de Lisboa, até então sem precedentes, ocasionando o surgimento de novos bairros. (Lourenço, 2019, p. 92)

Os restantes mapas, de 1925 e 1953 nas figuras 17 e 18, transcrevem a consolidação dos quarteirões a ocupação dos pequenos lotes restantes, em uma malha densa que, no que diz respeito ao lote escolhido, apresenta por último em 1925 as diversas conexões viárias da Rua das Barracas com as ruas ao seu redor. Em 1953, o terreno escolhido aparece ocupado pela última edificação que ali esteve, e se encontra vazio desde, pelo menos verificável pela última vez pelo Google Maps, 2007.



Figura 20: Vista da Rua de Santa Bárbara, nº 55 e 57: Figueiredo, V. G. (1971), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023



Figura 21: Vista da Rua de Santa Bárbara. Autora, 2023



Figura 22: Vista da Rua de Santa Bárbara, nº 55 e 57: Figueiredo, V. G. (1971), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023



Figura 23: Vista da Rua de Santa Bárbara. Autora, 2023



Figura 23: Vista do extinto Beco das Barracas: Pozal, F. M. (1945), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023

Na figura 23, pode-se observar o extinto Beco das Barracas, que conectava a Rua das Barracas à Travessa da Mãe de Água. Esta e outras vias que integravam a Rua das Barracas ao traçado urbano do bairro foram desaparecendo ao longo do tempo e assim isolando gradativamente a rua do acesso à vizinhança. Atualmente, a Rua das Barracas possui cinco acessos, dois ao seu início à Sul, pelo largo Cabeço de Bola e pelo Largo Conde Pombeiro, por vias, e outras três no formato de escadarias e becos, todas conectando-a a Rua de Santa Bárbara. Tais acessos são importantes na configuração do traçado urbano já que, hoje, esta é uma rua sem saída e este não era seu formato original, o que significa que os acessos a este espaço foram sequencialmente reduzidos, elevando a importância das conexões restantes.



Figura 24: Vista da Rua de Santa Bárbara. Autora, 2023



Figura 25: Vista do Largo de Santa Bárbara: Portugal, E. (década de 1950), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023



Figura 26: Vista do Largo de Santa Bárbara, Portugal, E. (década de 1950), Arquivo Municipal de Lisboa, consultado em 2023. Imagem editada pela autora

Nas figuras 23 e 25 nota-se o edifício que ocupava o lote escolhido para a implementação da proposta de arquitetura desta investigação, uma construção de provavelmente três andares e um programa residencial multifamiliar, evidenciado na figura 26.



Figura 27: Vista da Rua de Santa Bárbara. Autora, 2023

Levando em consideração o terreno escolhido, os motivos que levaram a esta escolha e a caracterização de sua envolvente e evolução urbana, condicionados pelos estudos realizados neste capítulo, é necessário então prosseguir à análise de casos de estudo de projetos similares relevantes para que o programa proposto possa ser esclarecido e então desenhado na proposta de arquitetura aqui investigada.

2.2. Casos de estudo

No que diz respeito à projetos arquitetônicos de referência para esta investigação, até o presente momento, foi possível identificar algumas Associações e Institutos que se dedicassem a programas iguais ou semelhantes no tema de saída do sistema de prostituição, mas que ou não eram referências de qualidade arquitetônica, à exemplo do próprio Lar atual da associação O Ninho, ou não foi possível obter desenhos de plantas, cortes, alçados, detalhes de organização espacial ou mesmo fotografias, devido à necessidade transversal de sigilo e não divulgação deste tipo de conteúdo. Assim sendo, as referências aqui apresentadas são as que mais poderiam se aproximar e contribuir para o desenvolvimento do projeto, mantendo sempre em perspectiva as especificidades do tema, que serão discutidas no subcapítulo posterior, e neste seguimento pretende-se reunir estratégias, ferramentas, referências e inspirações para o desenvolvimento do projeto.

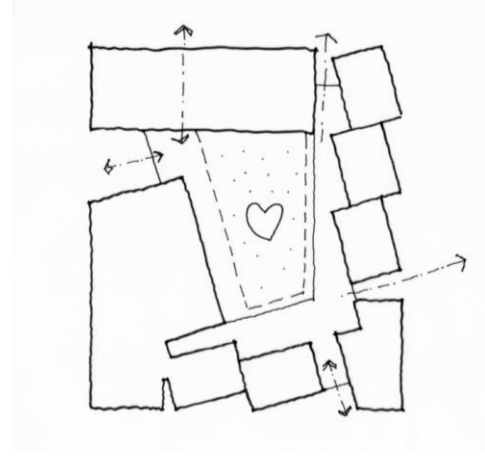
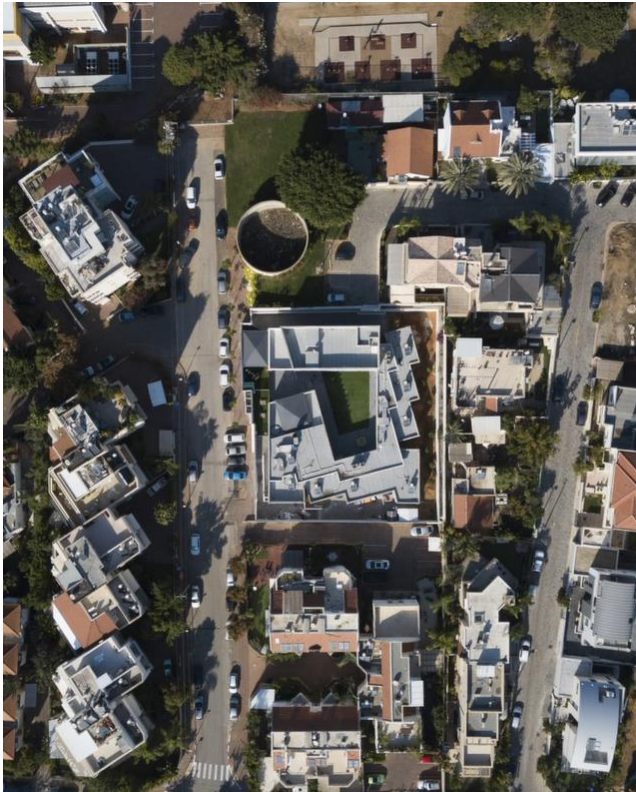
1 | Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica

Localizado em Tel-Aviv, Israel, e concluído em 2018, este projeto para o Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, de autoria de Amos Goldreich Architecture e Jacobs-Yaniv Architects, é um dos únicos projetos neste âmbito feitos de raiz e em parceria com a entidade e equipe que irá geri-lo. Sob orientação de Ruth Rasnic, ativista pelos direitos humanos e parte do grupo “No To Violence”, solicitadores do projeto, o edifício abriga mulheres e crianças vítimas de violência doméstica de diversas configurações e origens e foi reconhecido com diversos prêmios e menções honrosas desde então. (ArchDaily Brasil, 2018) (Amos Goldreich Architecture, s.d.)

O programa consiste em uma parte comunitária; incluindo áreas comuns como cozinha, lavanderia, refeitório, sala de informática, sala de televisão, acomodação para funcionários, sala de reuniões e escritórios; uma parte semiprivada e fisicamente independente, que são os quartos para as famílias; e ainda uma unidade de funcionamento autônomo, que é o jardim de infância. O pátio interno, que conta com um jardim central, funciona não só como organizador de espaço, onde os quartos e as áreas comuns são dispostos ao seu redor, mas também como um “santuário verde” (ArchDaily Brasil, 2018), um espaço de encontro e troca entre os residentes, de lazer para as famílias e crianças, gerando uma sensação de conforto e segurança.

A envolvente deste projeto é urbana e aparentemente residencial, e o lote relaciona-se com quatro frentes distintas, estando a Oeste a via de maiores dimensões, a Sul uma via secundária que parece possuir movimento reduzido, a Este encontra o limite de outros lotes e concretiza-se a frente mais privada e, a Norte, uma terceira via de acesso que termina na entrada principal do Abrigo. As escalas tanto do edifício quando da área de implantação são relacionáveis com a investigação corrente e exemplificam com interesse as disposições de níveis de privacidade perante as características das vias envolventes.

A distribuição dos volumes ao entorno do pátio central permite conexões visuais entre as partes comuns e privadas do edifício, entre as mães suas crianças, entre o interior e o exterior e também com a equipe de funcionários, facilitando a comunicação e a orientação pelo espaço, o que particularmente interessa para posterior aplicação na parte projetual. A disposição sequencial de *quartos – corredores internos – pátio e áreas comuns* faz a transição gradual e clara entre espaços privados e coletivos do edifício. Neste ponto, identifica-se um método bastante tradicional de divisão e limitação do espaço, que é a divisão por cômodos das atividades, onde inclusive a área de circulação é confinada a um cômodo, o corredor, encerrado por paredes, portas



e janelas.

Figuras 28, 29, 30, 31 e 32, respetivamente: Vista aérea de implantação do edifício, Amit Geron, s.d.; Desenho esquemático, Amos Goldreich Architecture, s.d.; Vistas do pátio interior. Amit Geron, s.d.



Figuras 33 e 34, respetivamente: Planta baixa do edifício; Corte. Amos Goldreich Architecture, s.d.

Neste projeto identificam-se três níveis de privacidade relacionados tanto com o programa quanto com a divisão espacial do mesmo e, do mais íntimo para o mais coletivo, encontram-se primeiro os dormitórios. Formalizados em seis blocos distintos e uma unidade integrada a outro edifício, a maioria concentra dois quartos familiares e uma casa de banho compartilhada, e são dispostos à Este e Sul do terreno, nos seus limites mais privados. Esta configuração otimiza o espaço disponível ao propor casas de banho compartilhadas e, simultaneamente, cria um espaço de quarto individual, privado e íntimo, extremamente valioso em habitações do tipo coletivo.

A seguir, o corredor assume um aspeto neutro onde sua função é conectar física e visualmente os restantes ambientes, transacionando os usuários pelo edifício. Neste exemplo, o corredor concentra os maiores acessos ao pátio, e apesar de concretizar uma melhor amplitude e vínculo visual, favorece um espaço apenas de passagem em detrimento de espaços de estar e lazer.

Por último, situam-se os espaços comuns – salas de televisão e jantar e a cozinha – e o pátio. Destes, apenas a sala de jantar tem vista e acesso direto ao pátio e, apesar de serem extensas, limita os outros a espaços a vistas menos privilegiadas. Para o tamanho do complexo e para a quantidade de dormitórios, os espaços comuns parecem insuficientes, tanto em atividades oferecidas quanto em metros quadrados, apesar de ser sempre imprescindível analisar-se tais programas levando em consideração as limitações orçamentárias quase sempre existentes. O pátio por sua vez, estrategicamente localizado ao centro do complexo, alcança quase todas as divisões, sejam estas privadas, coletivas ou de administração, convidando à utilização e interação, além de contribuir para uma melhor iluminação solar e ventilação. Caracteriza ainda um espaço exterior protegido, rodeado de familiaridade, propiciando sensações de segurança e relaxamento que talvez fossem mais desafiantes de se obter em espaços públicos exteriores.

2 | Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência

Construído na cidade de Uruapan, no México, este projeto de um refúgio para mulheres que sofreram violência doméstica é de autoria do ateliê mexicano ORIGEN 19°41' 53" N. Edificado em 2017, propõe uma planta de piso único, com o intuito de transparecer a função protetora do programa para seus usuários e, com sua organização diluída no terreno, pretende que a arquitetura não tenha o papel de protagonista na paisagem, coabitando o espaço com a natureza, elemento central no projeto. (ArchDaily México, 2018)

De acordo com a equipe de projeto, é infeliz que um programa desta natureza tenha de existir e que mulheres no México necessitem de abrigos e refúgios para fugir da violência e, assim sendo, a resposta arquitetônica a este problema social é concebida de forma a poder ser transformada em outro uso em um futuro mais otimista e justo. (ArchDaily México, 2018)

Nesta edificação, o programa é definido por, além dos dormitórios e casas de banho, uma sala de entrada, sala de espera, espaço de trabalho social e escritórios, uma cozinha, lavanderia, área de serviços, um consultório médico e um psicológico, salas multiusos e, ainda, dois espaços destinados para crescimento futuro.

Os jardins dispostos entre o edificado são classificados pela equipa de projeto como o “verdadero núcleo del edificio” (ArchDaily México, 2018), e a relação próxima com a natureza resultante desta organização como positivamente influente para as residentes, além de serem contentores de uma atmosfera sensorial de vitalidade.



Figuras 35 e 36, respetivamente: Vista do momento de entrada do edifício; Vista do corredor interno. Luis Gordo, s.d.

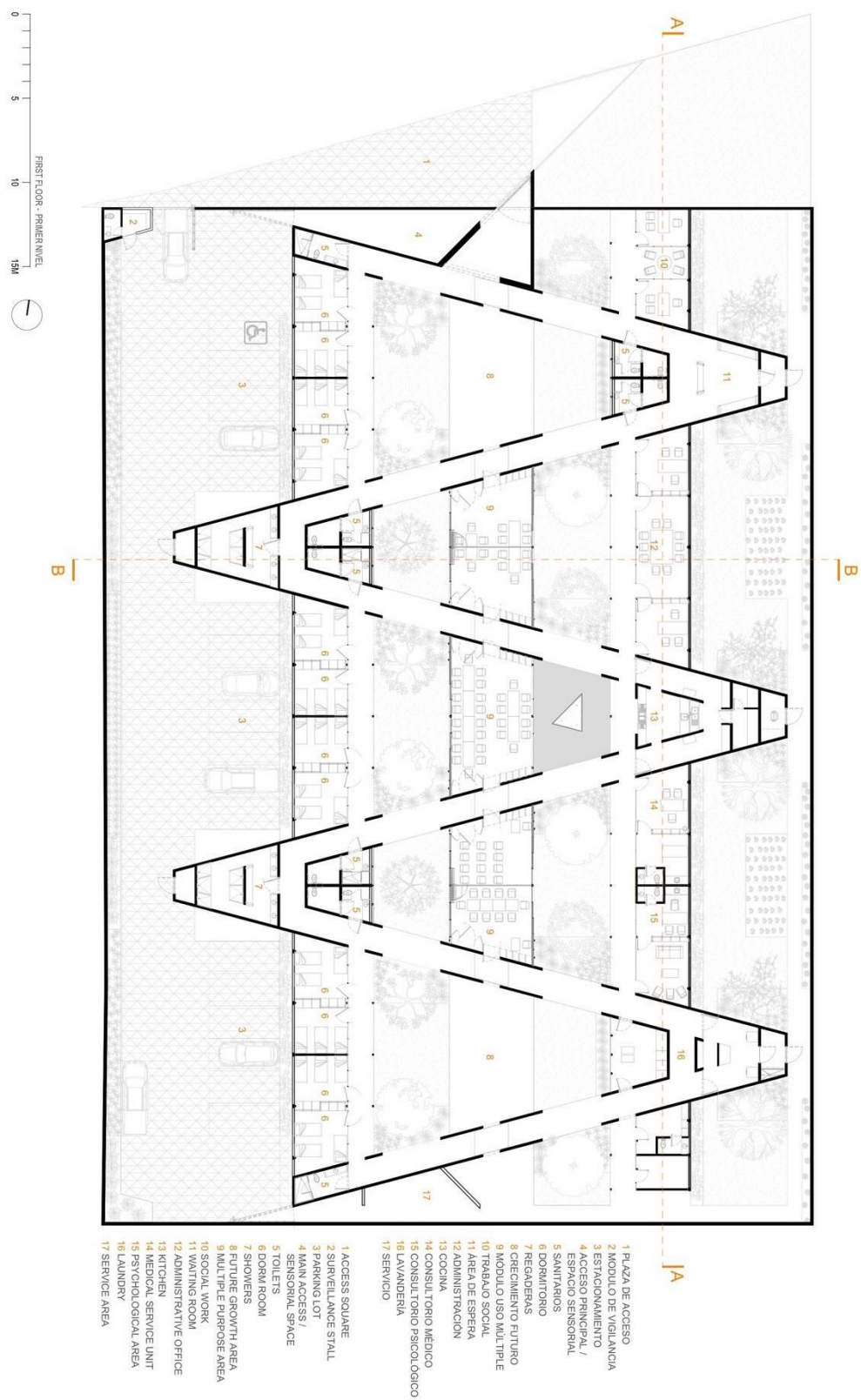
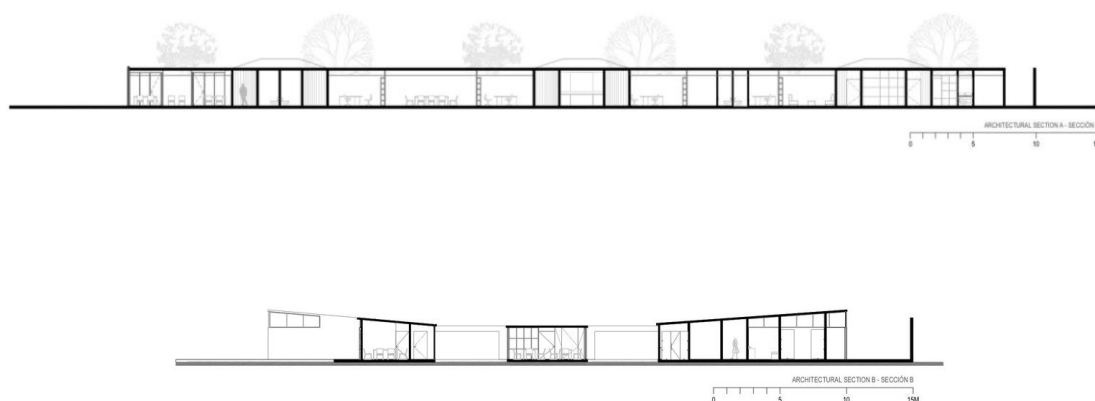


Figura 37: Planta baixa do edificio. ORIGEN 19°41' 53'' N, s.d.



Figuras 38 e 39: Cortes. ORIGEN 19°41' 53" N, s.d.

O projeto é organizado por dois eixos principais; o primeiro é definido por um sistema de três fileiras paralelas onde se abriga o programa, separados por jardins igualmente paralelos; o segundo é o sistema de corredores, e os espaços de circulação são dispostos diagonalmente no projeto, cortando o primeiro eixo de organização. (ArchDaily México, 2018)

O programa, ligeiramente diferente do apresentado na referência anterior, é definido primeiramente por um espaço de acesso marcado tanto pela geometria do encontro dos eixos orientadores do projeto quanto pelo uso do contraste entre luz e sombra e pela forte presença da materialidade no ambiente; a seguir, o lado Este do projeto concentra partes comunitárias em uma primeira fileira, composta por uma sala de espera, escritório de serviços sociais, administração, cozinha, lavanderia, áreas de serviço, lavabos e consultórios de atendimento médico e psicológico; já ao centro encontra-se mais uma fileira de caráter comunitário definida por salas multiuso e outras destinadas para crescimento futuro do edifício; à Leste e de caráter já semiprivado estão dispostos os dormitórios e casas de banho compartilhadas.

À semelhança do exemplo anterior, os espaços neste projeto são bem definidos e divididos fisicamente entre si por dois tipos de corredores diferentes. No primeiro caso, os espaços de circulação são mais tradicionais, conectam diferentes cômodos e fazem a transição destes espaços até os jardins, estando estes paralelos ao primeiro eixo organizador do programa. No segundo caso, para além da conveniência de separação e conexão de ambientes, os corredores assumem uma conotação ligeiramente mais conceptual e passam a desenhar o projeto e os caminhos de quem o percorre, rasgando a geometria e o eixo mais tradicional da disposição do programa, abrigando ainda em seus nós parte do programa como a sala de espera e casas de banho, assumindo então múltiplas funções para além da circulação.

Considerando que as áreas de circulação são necessárias e estarão presentes em um projeto, é uma mais-valia que estas possam incorporar outros usos e expandir seu interesse, promovendo mais encontros e interações tanto entre usuários quanto entre os usuários e o próprio edifício, convidando à exploração, observação e experimentação da arquitetura de uma forma intencional.

O corredor como um espaço coletivo de qualidade, incorporado à mais funções que não só a distribuição de pessoas pelo edifício, pode vir a ser uma ferramenta importante de transformação da vivência diária em programas como os aqui estudados, fomentando trocas pensadas e cuidadas e contribuindo para uma vida comunitária mais conectada.

Os diversos pátios/jardins deste exemplo correspondem à sua escala mais alargada e, ao contrário do projeto anterior, dissipa a tensão e atenção acumulada no desenho de um pátio central. Este gesto funciona muito bem para o seu público-alvo, ao preservar a possibilidade de experimentar os espaços exteriores individualmente, possivelmente sem a presença de outras famílias, exercendo a individualidade de seus usuários. Entretanto, se analisado sob a ótica da Casa em desenvolvimento nesta dissertação, a fragmentação dos espaços coletivos principais já não é de tanto interesse já que, como já mencionado anteriormente, deve-se evitar a possibilidade de isolamento prolongado.



Figuras 40, 41, 42 e 43, respectivamente: Vista do corredor interno;
Vista do pátio;
Vista de espaço interno;
Vista de um quarto. Luís Gordo, s.d.

3 | Centro de Oportunidades para Mulheres

De autoria do escritório americano Sharon Davis Design, este projeto construído em Kayonza, Ruanda, em 2013, pretende capacitar as mulheres de uma pequena vila rural e fornecer espaços de aprendizado, encontro, trocas de experiências, plantações e um mercado. Concebido em parceria com a organização *Women for Women International*, este projeto “transforma a aglomeração urbana e a agricultura de subsistência com uma agenda de arquitetura para criar oportunidades econômicas, reconstruir infra-estrutura social, e restaurar o patrimônio Africano.” (ArchDaily Brasil, 2013)



Figuras 44, 45 e 46, respetivamente: Implantação do complexo. Imagem retirada do Google Maps;
Vista do alçado do mercado;
Vista das salas de aula ao redor do pátio. Elizabeth Felicella, s.d.



Figuras 47 e 48, respetivamente: Vista da zona de agricultura;
Vista das salas de aula e do pátio. Elizabeth Felicella, s.d.

A escala de construção próxima da escala humana e o aglomerado circular de edificações tem como objetivo promover segurança e uma atmosfera de comunidade para as utilizadoras (ArchDaily Brasil, 2013), e é organizado a partir de espaços mais íntimos, as salas de aula, ao fundo, até o espaço do mercado, de caráter mais público e comunitário, à frente do terreno, todos ao redor de uma ampla praça.

O programa é composto por salas de aula, espaços administrativos, currais e plantações com fins educativos, uma cozinha, o mercado e, ainda, um espaço de alojamento turístico para parceiros e patrocinadores do projeto.

Diferente das referências apresentadas anteriormente, este projeto não possui um programa de habitação específico para mulheres, e é de interesse por outros motivos. A organização espacial do Centro ao redor da praça central, localizando os programas de caráter mais íntimos, neste caso as salas de aula, mais próximos do centro e os outros de caráter mais comunitários em direção aos limites do terreno cria níveis, circunferências de privacidade muito específicos e que cultivam a esfera de comunidade de uma forma muito interessante, oferecendo a escolha de se transitar ou não por estas circunferências às mulheres participantes. Se comparado com o projeto desta investigação, ao invés de se colocar os núcleos privados, que seriam os quartos, ao centro, seria mais interessante que os espaços coletivos fossem o núcleo próximo do pátio, para que estes assumissem o protagonismo das convivências diárias, tendo em consideração que a comunidade que frequentaria a Casa do projeto de investigação e de um caráter muito mais pessoal do que se comparado com este exemplo, que acolhe um público não específico para além das mulheres inseridas no programa.

A concretização da forma dos diferentes edifícios, mais arredondada ao redor da praça, garante uma atmosfera mais gentil, em oposição a utilização de ângulos mais retos nas construções limítrofes ao terreno, e a praça então acolhe o que está ao seu entorno e o mercado desenha os limites externos.

Os projetos arquitetônicos aqui estudados, embora não abordem especificamente o tema da prostituição, são bons exemplos de estruturas de acolhimento para mulheres e seus filhos e filhas em diferentes situações de fragilidade e vulnerabilidade. O conceito, desenho e concretização dos exemplos apresentados são coerentes e evidenciam um cuidado especial no que diz respeito às utilizadoras do espaço, fornecendo não só abrigo, mas também acolhimento, conforto, dignidade e comunidade. As conexões físicas, visuais e conceptuais dos espaços e utilizadores amarram e controlam as estruturas, os acessos e as vivências, proporcionando diferentes espaços e possibilidades, além de segurança e tranquilidade. As diversas qualidades e conceitos aqui explorados ajudarão a guiar a proposta de arquitetura desta investigação.

2.3. A consolidação de um programa

Tendo em vista que o programa proposto nesta investigação, um edifício de coabitação e ressocialização para mulheres recém-saídas do sistema de prostituição, é ainda pouco discutido e formalizado como um programa arquitetônico específico, revelou-se importante discutir as especificidades deste, como ele difere ou não de outros similares, como os apresentados nas referências anteriores, para que possa então iniciar-se a sua consolidação a proposta arquitetônica do capítulo a seguir. Com tal objetivo em mente, utilizou-se especialmente das entrevistas já mencionadas à Maria José Núncio e Conceição Mendes e à visita ao atual Lar da associação O Ninho, cruzando-as com as análises feitas no subcapítulo anterior e com toda a bibliografia estudada.

No que diz respeito ao programa em si, não diferirá muito de centros e habitações para vítimas de violências, apresentando a necessidade comum de unidades dormitórios individuais, casas de banho compartilhadas, áreas comuns como cozinha, lavandaria, sala de jantar, sala de estar, sala de televisão e lazer e áreas técnicas, salas de reuniões, escritórios, hall de entrada, sala de estudos ou biblioteca, um gabinete de psicologia, além de um pátio ou área externa protegido, mas todos com organizações e interações específicas.

A privacidade e segurança são temas universalmente abrangentes e que tocam todos as tipologias de abrigos e refúgios para vítimas de violências diversas, devendo ser integrados em todo o processo de desenho dos espaços. À semelhança dos casos de estudo, é necessário que a circulação pelo edifício possa ser controlada e que as residentes tenham a possibilidade de distanciar-se de pessoal exterior que possa vir a entrar no edifício, como uma equipa de manutenção por exemplo, o que faz surgir a possibilidade de concentrar os cômodos de serviço em um andar de acesso mais fácil pela rua e reservar os outros com um acesso mais restrito. Ao fazer a divisão de níveis de privacidade verticalmente pelo edifício é possível também limitar a interferência sonora dos cômodos de serviço, como a cozinha, lavandaria ou escritórios e distanciá-la dos quartos e zonas de estar, preservando, sempre que possível, uma atmosfera mais pacífica.

No que diz respeito à relação do edifício com o entorno e sua permeabilidade visual, é importante que estas sejam limitadas e que as aberturas sejam controladas e controláveis, permitindo às residentes que determinem o nível de conexão que pretendem ou não com a rua. Os diversos pisos e suas configurações de privacidade também podem interferir com as aberturas à medida que se distanciam verticalmente do nível da rua e começam a propor um olhar sobre esta, transferindo a esfera de poder a quem se posiciona nos pisos superiores.

Um elemento indispensável e que deve aparecer intercalado sempre que necessários às áreas comuns é um espaço destinado a crianças, para que possam brincar e estar sob o cuidado de suas mães sem que este seja necessariamente um cômodo fechado. Este espaço não foi identificado formalmente nos exemplos estudados e hoje, no Lar do Ninho, existe apenas um espaço deste tipo e é no formato de um cômodo fechado, o que além de não atender a necessidade no quesito de

espaço, pois é fisicamente reduzido e não conta com espaços de armazenamento de brinquedos e itens diversos suficiente, limita que a ou as mães estejam o tempo todo dentro deste cômodo, não sendo integrado ao resto do Lar e acaba tornando-se um gerador de tensões pois concentra todas as crianças em um só espaço. Os limites entre estes espaços para brincar e o resto da Casa pode ser desenhado de formas mais sutis, com leves diferenças de cotas ou pisos, para que sejam delimitados, mas integrados.

Ainda sobre os limites espaciais na casa, é de muito interesse que os espaços comuns possam estar também conectados visualmente, seja diretamente sem paredes entre si, ou através de divisões mais transparentes ou com vistas através de um pátio, por exemplo. Esse contato direto e indireto pela casa enriquece as interações pessoais tanto entre as residentes quanto com as colaboradoras da associação, facilitando também a orientação e circulação pelo edifício.

O pátio é um elemento essencial na composição deste programa e é encontrado repetidamente nas referências analisadas, funcionando tanto como elemento de organização espacial, conectando física e visualmente os espaços, possibilitando a iluminação e ventilação do interior do edifício, trazendo a possibilidade de um jardim interno e a conexão mais próxima com a natureza, mas também como um pequeno refúgio para os residentes, onde podem experimentar o exterior com toda a proteção e segurança da Casa ao seu redor. A Casa, para além de uma residência coabitada, tem o papel de transacionar as vivências individuais para o coletivo, e os espaços de uso comum abrigam as interações interpessoais, como uma espécie de ensaio, uma prática cotidiana das vivências das quais as mulheres no sistema de prostituição são estruturalmente privadas.

Para que um edifício possa abrigar as necessidades acima mencionadas, é imprescindível que não apenas o programa seja implantado com um desenho cuidadoso e intencionado, mas também que todo o conceito e desenvolvimento do projeto tenha sempre em perspectiva a fragilidade e vulnerabilidade em que as mulheres recebidas pela associação O Ninho se encontram, e que o objetivo da Casa é oferecer abrigo, conforto, aconchego, tranquilidade, refúgio e, acima de tudo, dignidade. A dignificação da vivência passa por ter todas as suas necessidades básicas atendidas e não só, mas também por garantir espaços de lazer criativos e que possibilitam o desenvolvimento pessoal, por atenção aos espaços de cuidado das crianças, pela possibilidade de escolha e personalização de seu espaço individual e por toda beleza intrínseca a uma casa - um lar. O capítulo a seguir dicar-se-á apresentar a proposta de projeto de arquitetura de uma Casa para a associação O Ninho.

Capítulo 3 | Uma Casa para O Ninho

O projeto aqui descrito consiste em uma estrutura de acolhimento residencial digna para mulheres saídas do sistema de prostituição e seus filhos e filhas, no contexto de funcionamento da organização do Lar da associação O Ninho. Considerando os diversos desafios inerentes ao processo de saída deste violento sistema, não existe um limite temporal imposto ao acolhimento nesta estrutura, não sendo então descrita como temporária. O objetivo da Casa é, primeiramente, oferecer abrigo e acolhimento físico às estagiárias d'O Ninho, em virtude da situação vulnerável e sem abrigo na qual se encontram na maioria dos casos, mas também oferecer espaços e vivências em que possam sentir-se seguras e amparadas, onde seja possível a ressocialização, reconstrução da autoestima, valorização da autoimagem e início da longa, porém vital, caminhada de recuperação do sistema de prostituição.

A proposta, localizada na Rua das Barracas, busca resolver não só o programa arquitetônico estudado, mas também os desafios e complexidades da envolvente urbana próxima, especificamente criando uma conexão pedonal entre a Rua das Barracas e a Rua de Santa Bárbara, um espaço público de parque infantil na zona em frente ao local de implantação do projeto e redesenhar o passeio que toca a proposta na Rua de Santa Bárbara. Pensar além dos limites do lote de implantação é essencial para uma intervenção urbanística e arquitetônica holística, que busca pensar e melhorar o bem-estar coletivo.

O desenho e estruturação da proposta leva em consideração toda a pesquisa bibliográfica e histórica aqui apresentada acerca do sistema de prostituição do primeiro capítulo e, especialmente, as entrevistas à Professora Doutora Maria José Nuncio e à assistente social Conceição Mendes que, além de toda a informação oferecida, dispôs de uma visita ao Lar atual da associação O Ninho, essencial para melhor compreender e assimilar a realidade das mulheres auxiliadas pela associação e as necessidades específicas deste programa. No mais, baseia-se na análise empírica da envolvente, do estudo histórico do local através de mapas, fotografias e de literatura, na análise das referências selecionadas como seguiu o segundo capítulo e, ainda, na consolidação e aprofundação do programa arquitetônico, além de desenhos, experimentação em maquetas, fotomontagens, estudos da orientação e incidência solar no projeto e organogramas de distribuição e circulação pelo edifício.

O projeto, acima de tudo, pretende promover uma vivência digna, em uma casa apropriada e planejada para receber mulheres e crianças, em um espaço acolhedor, seguro e capaz de fomentar a ressocialização e bem-estar, com especial foco nas unidades privadas dos quartos, como um primeiro lugar de âncora e pertencimento onde é possível experimentar a independência, o empoderamento e a liberdade potencialmente pela primeira vez na trajetória de vida destas mulheres.

Sendo assim, o programa desenhado é destinado a, no máximo, 12 mulheres residentes e seus filhos e filhas, em uma metragem total de implantação de 391.7 m², e é apresentado nas seguintes tabelas, por pisos:

PISO 1	METRAGEM	CARÁTER
1. Hall de entrada	6.9 m ²	Controlado
2. Espaço de acolhimento e armazenagem	33 m ²	Coletivo
3. Escritório 1	14.3 m ²	Controlado
4. Chapeleiro	8.2 m ²	Coletivo
5. Caixa de escadas	18.3 m ²	Coletivo
6. Sala de reuniões e circulação	50.6 m ²	Coletivo
7. Casa de banho	8.2 m ²	Coletivo
8. Escritório 2	15.9 m ²	Controlado
9. Consultório de psicologia	16.3 m ²	Controlado
10. Pátio	22.6 m ²	Coletivo
11. Cozinha e pequenas refeições	59.3 m ²	Coletivo
12. Área externa de serviços	14.3 m ²	Coletivo
13. Lavandaria	8.2 m ²	Coletivo
14 Despensa	9 m ²	Coletivo
15. Elevador adaptado a cargas	8 m ²	Coletivo
16. Sala de refeições	58.1 m ²	Coletivo

PISO 2	METRAGEM	CARÁTER
1. Quartos tipo A (4)	15.9 m ²	Privado
2. Quarto tipo B (4)	16.3 m ²	Privado
3. Casas de banho (4)	8.2 m ²	Coletivo
4. Circulação	53 m ²	Coletivo
5. Caixa de escadas	18.3 m ²	Coletivo
6. Sala de TV	33.8 m ²	Coletivo
7. Espaço para crianças	30 m ²	Coletivo
8. Armazenagem	9 m ²	Coletivo
9. Elevador adaptado a cargas	8 m ²	Coletivo

PISO 3	METRAGEM	CARÁTER
1. Quartos tipo A (2)	15.9 m ²	Privado
2. Quarto tipo B (2)	16.3 m ²	Privado
3. Casas de banho (2)	8.2 m ²	Coletivo
4. Circulação	38 m ²	Coletivo
5. Caixa de escadas	18.3 m ²	Coletivo
6. Sala de estudos e estar	58.3 m ²	Coletivo
7. Espaço para crianças	30 m ²	Coletivo
8. Armazenagem	9 m ²	Coletivo
9. Pronto a vestir	38 m ²	Coletivo
10. Elevador adaptado a cargas	8 m ²	Coletivo
11. Varanda	66 m ²	Coletivo

A construção, dividida em três pisos com altura total máxima de 11 metros, se relaciona de maneira particular com a envolvente, estabelecendo conexões altimétricas com a pré-existência e dialogando harmonicamente com as proporções das edificações e com o espaço público vizinhos. A numeração de cômodos por piso apresentada nas tabelas anteriores está de acordo com a presente nos desenhos das plantas baixas do subcapítulo 3.2.

3.1. O espaço público e o terreno

O espaço elegido para abrigar a Casa possui diversas qualidades e defeitos, a serem discutidos com mais detalhes. Primeiramente, como qualidades, apresenta 3 limites livres de contacto com outros edificados, potencializando a abertura de vãos mais livremente a Norte, Este e Oeste, podendo ser consideradas direções preferenciais ao Sul devido à forte incidência solar deste no verão, que é onde o terreno toca o edifício vizinho. Estes limites também condicionam as possibilidades de acesso ao edifício, tendo em consideração que, pela Rua das Barracas, apenas o acesso à Oeste é possível, em virtude da Rua de Santa Bárbara, que limita o terreno à Este, estar a uma cota inferior ao lote de aproximadamente 10 metros.

A envolvente da Rua das Barracas é composta de, na maioria dos casos, edifícios de 3 a 4 pisos, com exceção do edifício residencial multifamiliar de grandes dimensões, à Norte do terreno, com sete pisos desde a Rua Santa Bárbara. Essa disparidade altimétrica abrupta é um elemento que marca a paisagem nas duas ruas que limitam o terreno, não existindo uma transição suave entre edifícios. Entretanto, ao analisar-se a o contexto mais específico da Rua de Santa Bárbara, o edifício multifamiliar em questão não diferente tanto dos restantes, que variam também entre 4 e 7 pisos. No que diz respeito aos espaços públicos envolventes, pretendeu-se utilizar do lote vazio em frente ao terreno de implantação da proposta para, além de redesenhar os limites dos passeios neste trecho, propor um parque infantil, e na Rua de Santa Bárbara, desenhar um pequeno espaço verde onde o terreno encontra a rua, identificados na figura 49. Nas análises realizadas no segundo capítulo, entendeu-se que a zona carecia tanto de espaços de lazer quanto espaços verdes, tanto pela ocupação sequencial do território ao longo do tempo, quanto pelo caráter residencial do entorno. No mais, a implantação de uma estrutura de acolhimento que abriga também crianças intensifica essa necessidade, e foi pensado para que este pequeno espaço de parque infantil possa ser utilizado como uma zona de ensaios de interações sociais pelas mulheres residentes, em um local próximo da Casa, relativamente protegido por se encontrar em uma rua sem saída e ao alcance visual dos técnicos e outras residentes, oferecendo uma atmosfera de independência e ao mesmo tempo segurança.

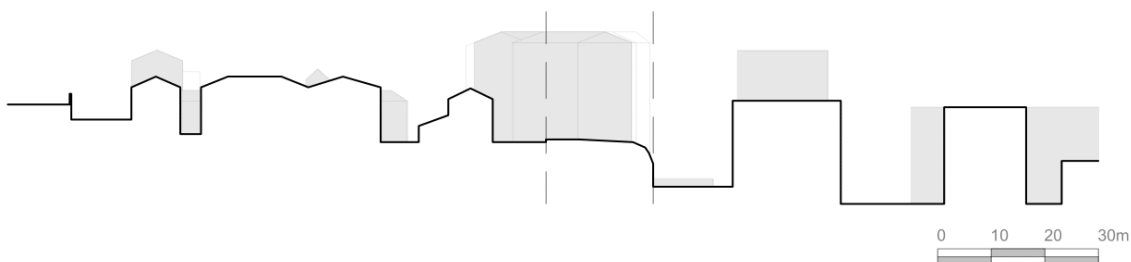


Figura 49: Corte da envolvente urbana, com terreno escolhido ao centro e Rua das Barracas à sua esquerda e Rua de Santa Bárbara à direita, sem a proposta

Em similaridade, o espaço verde proposto intenciona revitalizar a zona, que possui um desenho destinado a ser um espaço de lazer, mas que é demasiado reduzido e não oferece qualidade suficiente para cumprir o que propõe. Não sendo objetivo principal desta investigação, a proposta pretende consolidar as intenções que já existiam para este espaço

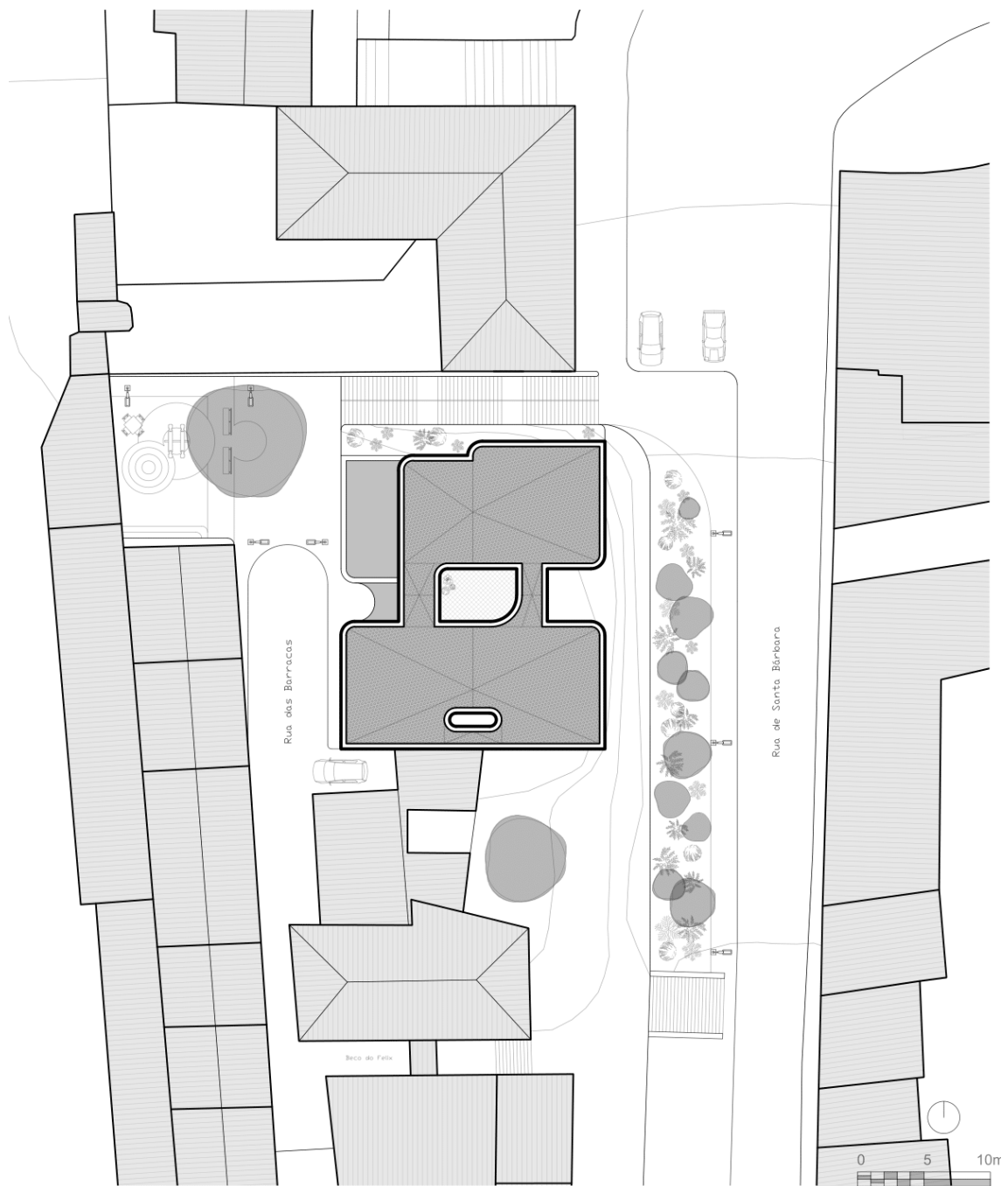
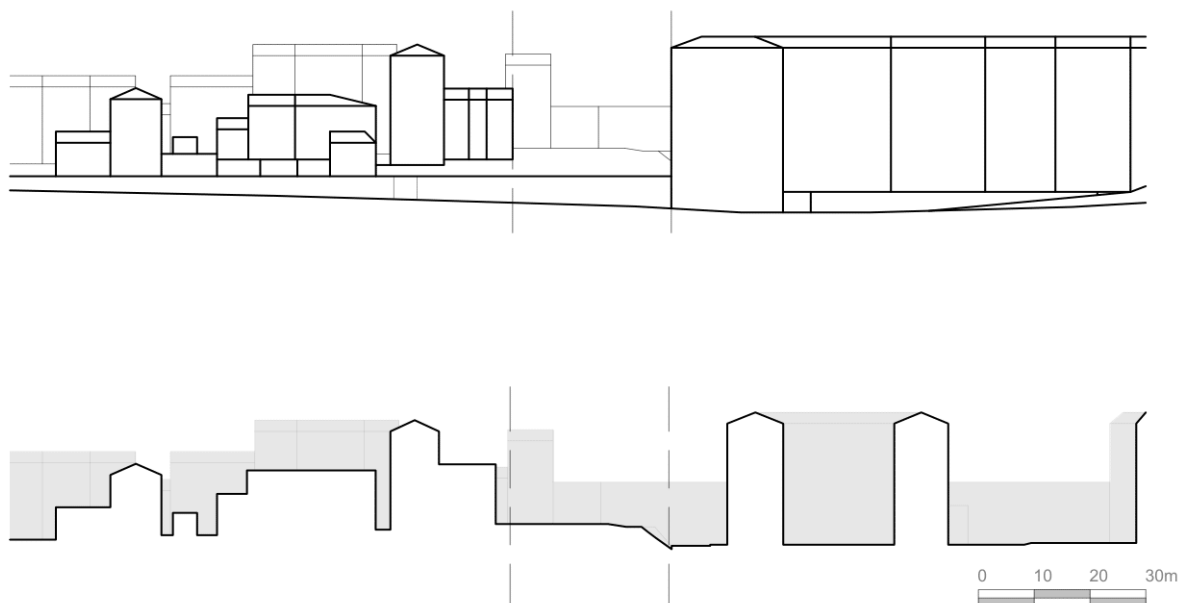


Figura 50: Implantação



Figuras 51 e 52, respetivamente: Alçado Este e Corte da envolvente urbana pela Rua de Santa Bárbara, com terreno escolhido ao centro, sem a proposta

No que diz respeito à diferença de cotas e conexões entre as duas ruas já mencionadas, buscou-se minimizar a questão da falta de ligações entre elas propondo uma escadaria pública que as conecta pela parte Norte do terreno. Apesar de o edifício multifamiliar que toca as escadas configurar uma empena cega, o percurso dispõe da vigilância informal da própria proposta de arquitetura da Casa e do edifício da Ordem dos Advogados em frente, durante seu horário de funcionamento, elemento essencial para elevar o nível e a sensação de segurança, especialmente à noite para mulheres e crianças. É de se salientar que todos os espaços públicos propostos pretendem cumprir com elementos que permitem elevar e manter o mencionado nível e a sensação de segurança e o conforto, como iluminação adequada, desenho acessível dos passeios, sombreamento e elementos naturais e bancos, entre outros.



Figura 53: Vista do alçado Oeste com envolvente⁵

⁵ Todas as figuras humanas utilizadas nos desenhos técnicos e montagens são de autoria do Studio Alternati e estão disponíveis gratuitamente em: <https://studioalternati.com/>

3.2. A Casa

Para o desenho desta proposta, assumiu-se de imediato a necessidade de um pátio central que funcionasse tanto como condicionante na distribuição dos demais espaços e no auxílio da ventilação e iluminação interna, mas também como elemento simbólico da liberdade e conexão com o exterior em um edifício que prevê proteção e segurança para as residentes. Os elementos distribuídos ao redor do pátio configuram dois blocos, à Norte e a Sul, que abrigam o restante do programa. Nas conexões entre os dois blocos, ao redor do pátio, os limites se aproximam do interior do edifício e trazem consigo as paredes em uma forma arredondada, que tanto recebe quem acessa a Casa com uma geometria mais gentil e acolhedora, mas que também convida a observar a envolvente pelo alçado oposto.

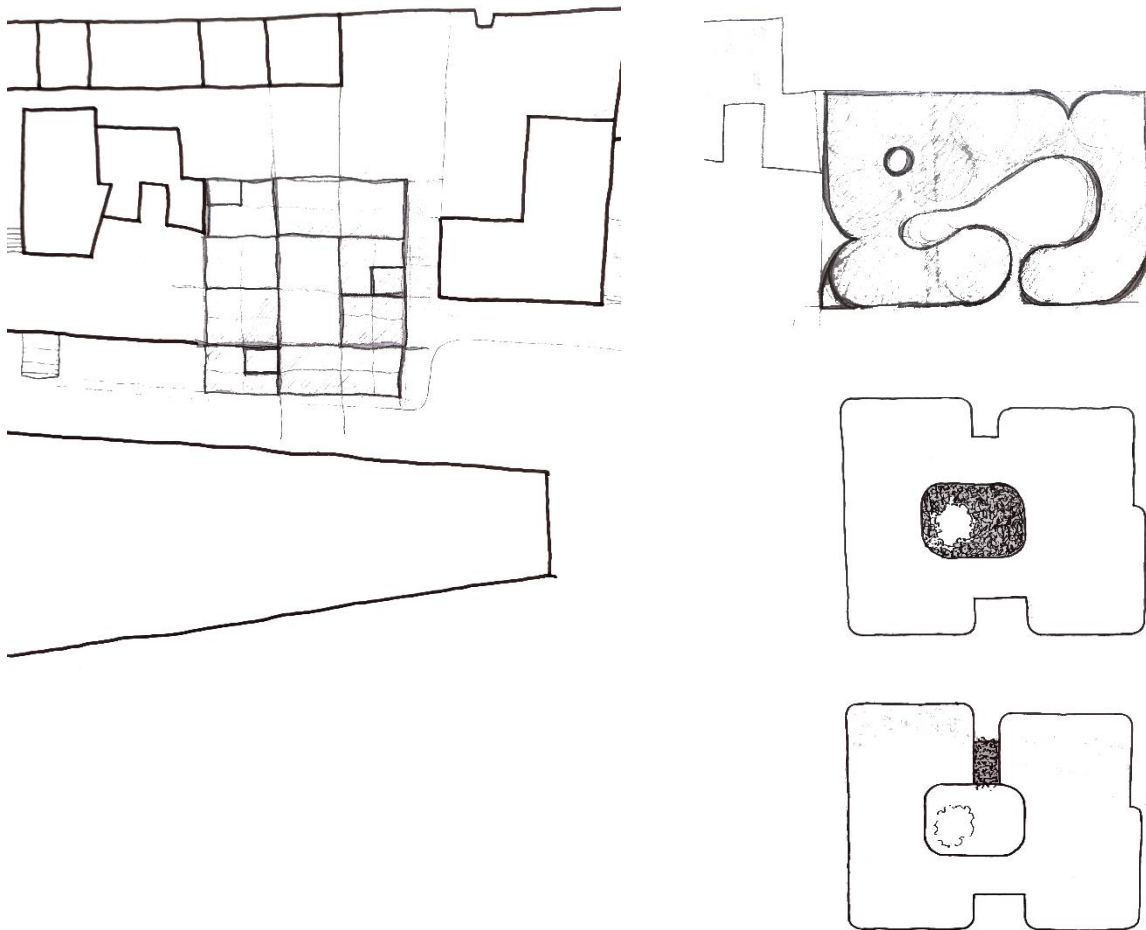


Figura 54: Evolução da proposta

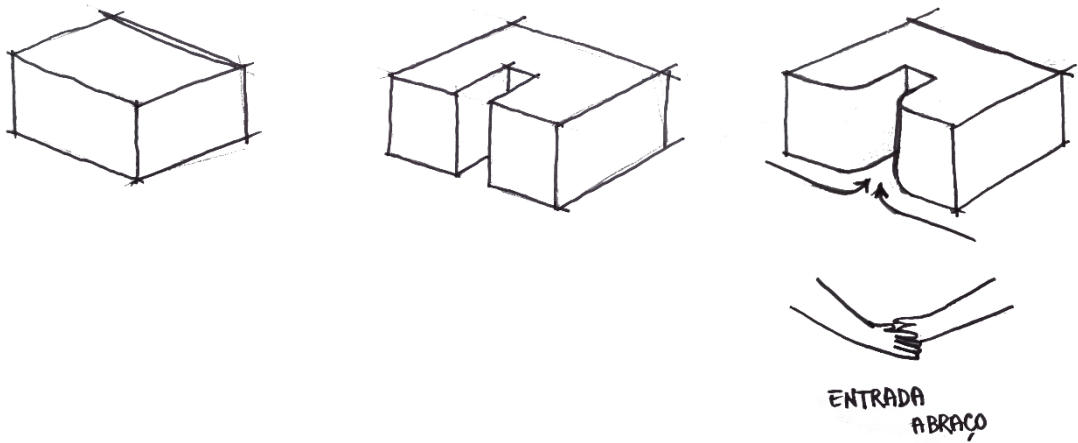


Figura 55: Desenvolvimento da forma



Figura 56: Alçado Este

0 1 2 3m

Ao acessar-se o edifício, o hall de entrada distribui as residentes e limita os visitantes, oferecendo uma pausa para preparar intimidade da Casa a pessoas de fora. O piso 0, como todo o edifício, é dividido em duas zonas, sendo uma destinada às atividades coletivas tradicionais de uma residência, como cozinhar, comer, lavar as roupas e brincar no pátio, e a outra é preparada para assuntos técnicos e para receber mulheres recém-chegadas à Casa e guiá-las pelo processo, oferecendo uma sala de acolhimento e armazenamento, onde bicicletas, carrinhos e casacos podem ser guardados no bengaleiro, além de um escritório destinado a uma técnica da associação. A seguir, uma sala de reuniões faz a distribuição para mais um escritório e para o gabinete de psicologia, atividade essencial e que se localiza na Casa justamente devido à sua elevada importância no processo.

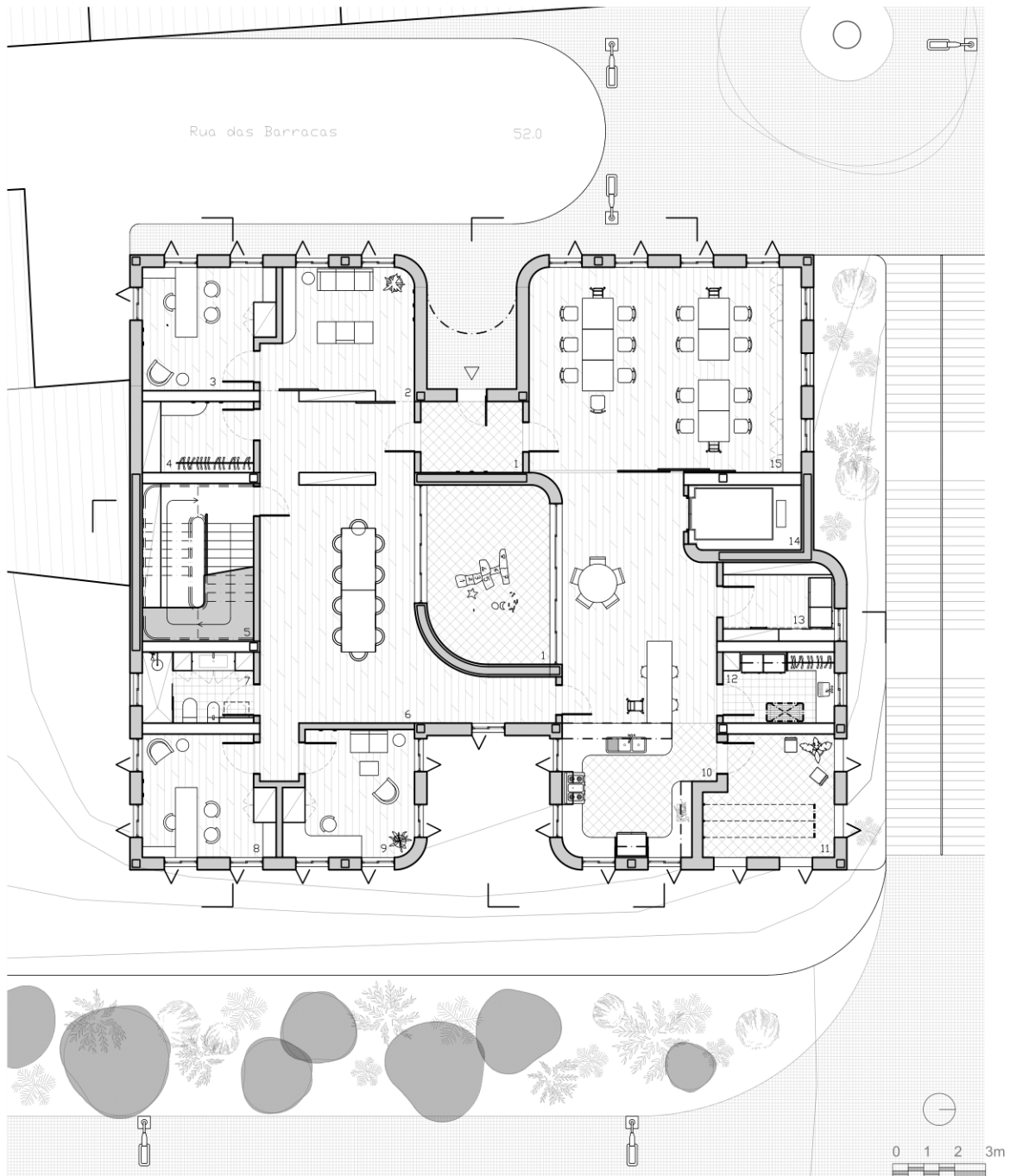


Figura 57: Piso 0

O acesso aos pisos superiores é feito preferencialmente pelas escadas, mas também é possível através do elevador. Devido à condição de mobilidade condicionada que é apresentada por grande parte das residentes foi proposto um elevador, tendo em consideração que na residência atual d'O Ninho não existe um e é um constante gerador de inconveniências e restrições. O elevador desenhado é adaptado ao transporte de cargas para acomodar com mais facilidade carrinhos de bebé e outros objetos volumosos e pesados, escusando que as mulheres precisem carregá-los pelas escadas.

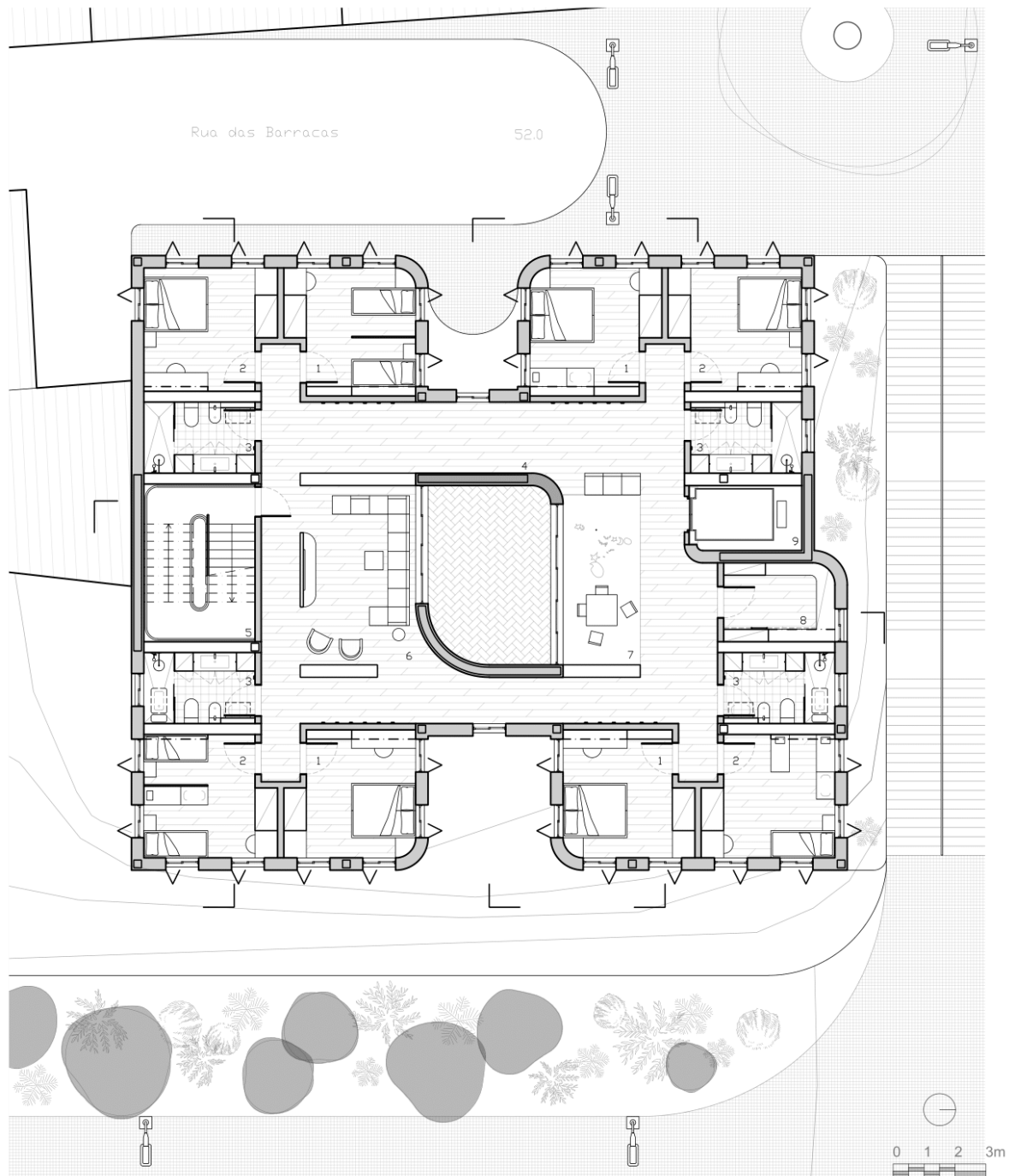


Figura 58: Piso 1

O segundo piso abriga oito quartos, uma sala de TV e um espaço para crianças, além de quatro casas de banho e um espaço de armazenamento. Os espaços coletivos circundam o átrio do pátio, permitindo uma conexão visual ampla e iluminação e ventilação para a zona central do prédio. Elementos divisórios e de armazenamento foram pensados para configurar os espaços sem limitá-los visualmente em demasia, como uma parede maciça faria. Cada casa de banho é compartilhada por duas mulheres, ou núcleos familiares, e todas são desenhadas de modo a oferecer armários privados para cada núcleo, uma bancada com pia, uma sanita, um bidê e um duche com espaço para uma banheira infantil articulável, além de um trocador de fraldas retrátil, que oferece, para além do óbvio apoio para troca de fraldas e higiene de bebés, a possibilidade de mais independência para a mãe na utilização da casa de banho.

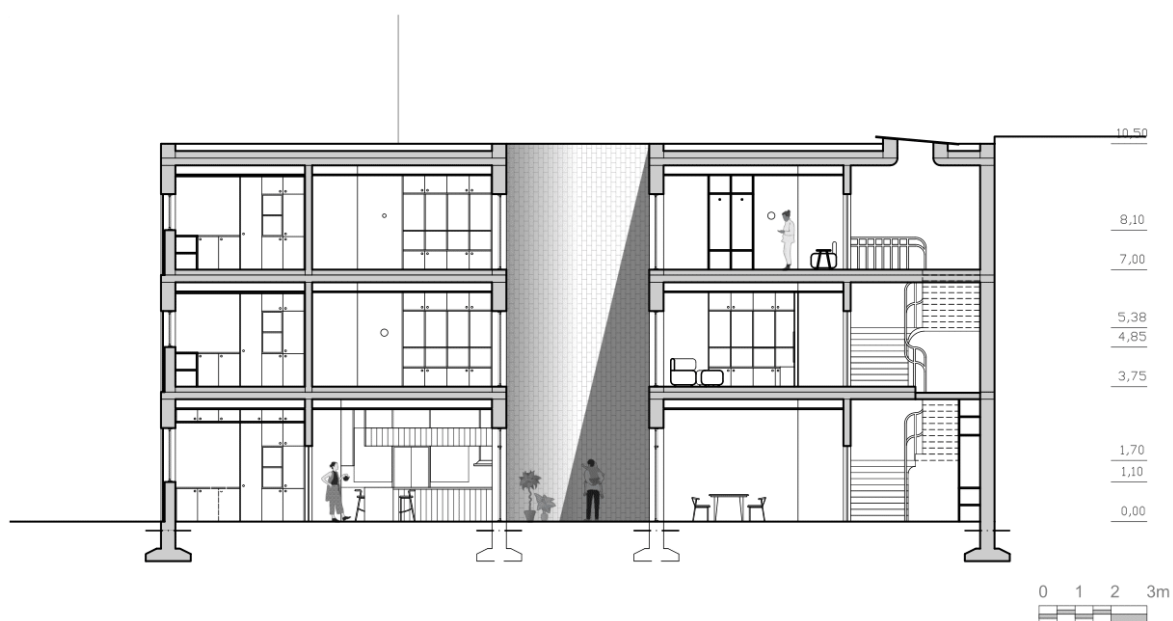


Figura 59: Corte A



Figura 60: Espaço para crianças, piso 1

Os quartos, as unidades privadas de habitação e individualidade, foram pensados para adaptarem-se à diferentes núcleos familiares, e receber desde uma mulher até um núcleo familiar com duas crianças, podendo adaptarem-se conforme as necessidades, mantendo um padrão de tamanho entre os móveis que facilite as alterações, se necessário. As tipologias possíveis são apresentadas na tabela a seguir:

TIPOLOGIA	OCUPAÇÃO	CAMAS DE CASAL	CAMAS DE SOLTEIRO	BERÇOS
A	1	1	0	0
B	2	1	1	0
C	2	1	0	1
D	2	0	2	0
E	3	0	2	1
F	3	1	0	2

O final e terceiro piso acaba por repetir o esquema de quartos e casas de banho da parte Este do edifício, possibilitando mais quatro quartos e duas casas de banho, além da caixa de escadas, do elevador e do espaço de armazenamento. No que difere do piso anterior, apresenta uma sala dedicada aos estudos e leitura, com uma pequena biblioteca, mesas de trabalho, computadores e um espaço de estar com lareira e um espaço com mobiliário de armazenamento para o pronto a vestir, que não configura um cómodo concreto, mas delimita o espaço destinado à esta atividade. O objetivo é fomentar não só o desenvolvimento pessoal e independência das residentes, mas como também um espaço preparado para a educação complementar de seus filhos e filhas, além do incentivo à leitura e convivência.

No mais e por fim, é por este piso que se acede à varanda⁶ virada a poente, que ademais da conexão visual com a rua e o parque infantil logo abaixo, é um espaço dedicado ao lazer externo e possibilita uma pequena horta para uso coletivo, apanhar sol, brincar, ler, pequenas comemorações ao ar livre e o que mais se achar e quiser. Esta varanda, em oposição à contingência do pátio interno, permite pequenas apropriações do exterior através da posição superior em altura.

⁶ A numeração dos cómodos da Casa apresentada nos desenhos das plantas baixas está de acordo com as tabelas descritivas das páginas 54 e 55.

Quanto aos alçados do edifício, que confrontam envolventes com distintos e diversos aspetos desde dimensão, proporção, estilo e escolha de materiais, buscou-se desenvolver algo que se aproximasse do carácter residencial da Rua das Barracas através de maquetes, fotomontagens e observação da envolvente e que, concomitantemente, não fosse um objeto de grande destaque quando lido em conjunto com a vizinhança.

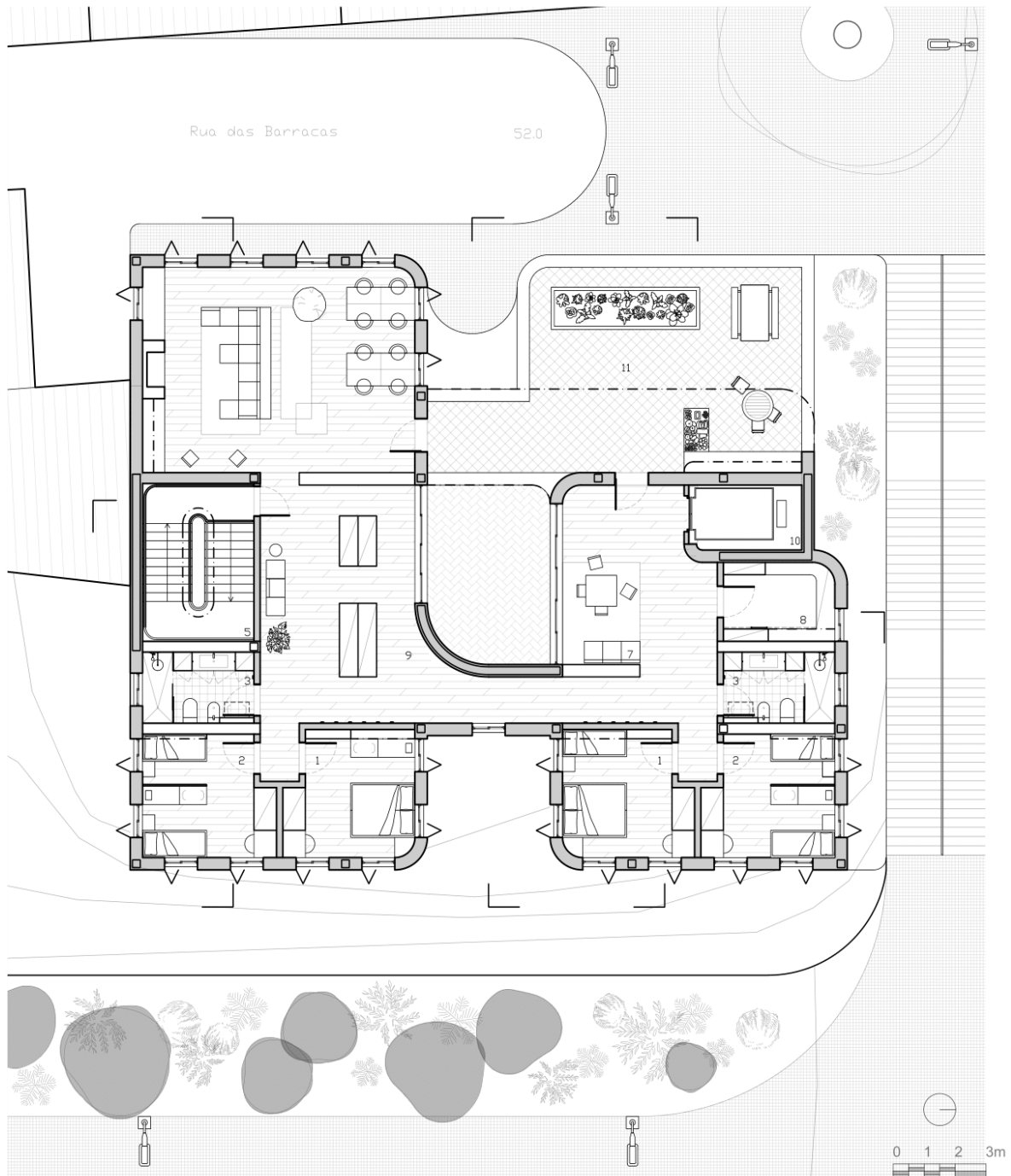


Figura 61: Piso 2

O primeiro piso, coletivo e de serviços, é a base programática e visual do projeto, e apresenta uma fachada marcada por uma métrica regular e elementos de proteção visual e solar móveis, criando a possibilidade de abri-los e fechá-los a depender da necessidade de maior ou menor privacidade. O ritmo estabelecido nesta base transpõe-se aos pisos superiores, mas desta vez marcando a profundidade do alçado revestido em azulejos. A modularidade dos painéis se repete nos vãos superiores, ao encontro da necessidade transversal de todos os pisos de privacidade.

Sempre que possível, as transparências do edifício iluminam e vigiam a envolvente, e a varanda do último piso quebra a padronização do alçado Oeste, onde também se encontra o momento de acesso ao edifício. O edifício se eleva sobre a Rua de Santa Bárbara, conferindo distanciamento e mais intimidade à esta escala já mais ampla da rua.



Figura 62: Alçado Oeste

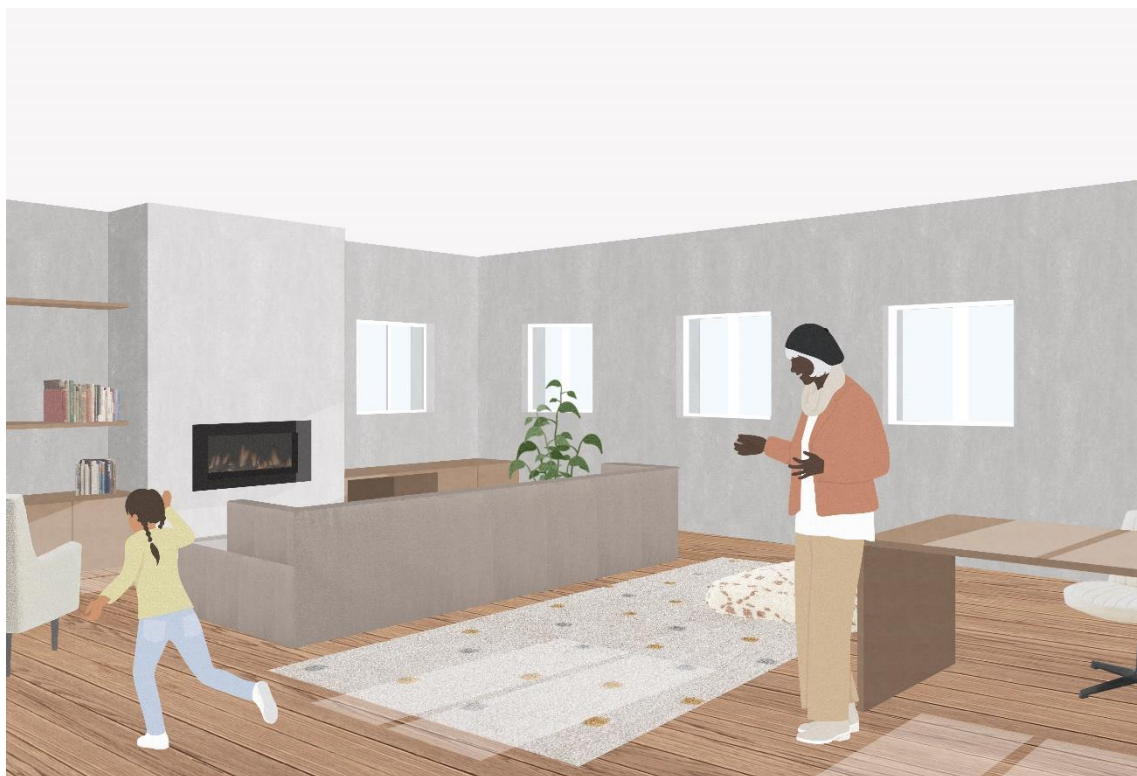


Figura 63: Sala de leitura, piso 2



Figura 64: Vista do alçado Este com envolvente

Considerações Finais

A presente investigação teve como principal objetivo estudar, refletir e desenhar uma estrutura de acolhimento e residência para mulheres saídas do sistema de prostituição, nas circunstâncias do trabalho da associação O Ninho na cidade de Lisboa, considerando que nas condições atuais da associação, o espaço que ocupam não foi desenvolvido ou pensado para este fim, e consequentemente não pode dar resposta a todas as questões que tocam a precariedade e fragilidade da situação. De início, buscou-se questionar e investigar o motivo desde programa/tema não ter sido encontrado com frequência na literatura arquitetónica recorrida, se o programa apresentaria de fato especificidades e divergir-se-ia de outras estruturas de acolhimento emergencial e de carácter temporário e, ainda, como a prática da arquitetura quanto ferramenta de transformação social consciente poderia interferir nas consequências desta problemática social específica.

A proposta apresentada tenta explorar holisticamente soluções que otimizem o espaço encontrado, incluindo o espaço público próximo, e que ofereça um espaço digno de acolhimento, ressocialização, empoderamento e cura, e mais do que apenas um abrigo, possa ser uma Casa para estas mulheres e, neste sentido, acredito que o resultado encontrado aproximou-se das expectativas. Buscou-se também refletir se este programa arquitetónico traria especificidades à parte dos programas semelhantes estudados nas referências e, apesar de não ter elementos intrinsecamente específicos ao programa, traz elementos intrinsecamente ligados à associação O Ninho. As necessidades específicas desta associação, atreladas ao estudo do contexto sociogeográfico de Lisboa, demonstram que não se deve considerar apenas o tipo – coabitação para mulheres saídas do sistema de prostituição – mas e sobretudo a instituição que acolherá o programa, e esta sim será sempre específica e ímpar em suas necessidades e vontades. Sendo assim, apesar de assemelhar-se na construção e organização programática a outras estruturas de acolhimento emergencial e de carácter temporário, toda e qualquer casa de acolhimento para mulheres prostituídas deverá apresentar uma solução extremamente particular e desenvolvida em parceria com a instituição e com as residentes.

Com a ausência de um programa nacional português de saída da prostituição, e sem legislações e regras que venham categorizar boas práticas neste sentido, é difícil concluir se as soluções arquitetónicas propostas, tão específicas à associação O Ninho, poderiam ser aplicadas em outros contextos e em programas promovidos tanto por instituições particulares, quanto pelo estado. O conjunto de ferramentas aqui estudadas e exploradas responde a uma situação, e seria interessante poder investigar se, em contexto nacional, poderia adaptar-se a outras situações diversas.

Apesar da lacuna encontrada no que diz respeito a referências diretas, existem esforços hoje pela implementação de estruturas semelhantes, como abrigos para vítimas de violências, e esta expansão indica que, apesar de ainda insuficientes, em algum nível está sendo dada a devida importância a este tipo de programa, arquitetônico e social, na dignificação da vida de mulheres. Neste processo, foi constatada a dimensão da relevância do papel de arquitetos e arquitetas como interventores conscientes, da utilização da arquitetura como ferramenta de transformação social e difusora de informação e conhecimento, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade.

A constatação de que o tema não é recorrente nem em material de investigação teórica de arquitetura ou em projetos construídos se deve, em parte, ao evidente preconceito, desinformação e desconhecimento que atravessam as diversas esferas da sociedade sobre o tema da prostituição, fato este que se plasma com clareza na produção de ciência e material intelectual. A visita à associação e as entrevistas à prof^a. Maria José Núncio e à assistente social Conceição Mendes traçaram muitas necessidades e um entendimento das dificuldades enfrentadas principalmente pela falta de verbas e interesse público no assunto, que acabam por fragilizar uma vez mais uma situação já delicada. O debate ativo e com fontes seguras, atualizadas e interessadas sobre problemáticas sociais é o que pode fomentar a mudança necessária, e em um círculo vicioso, sua ausência só faz aprofundar e invisibilizá-los, e neste caso específico de estudo não foi diferente. Mais uma vez, as problemáticas que acometem a sociedade em todos os níveis como a misoginia, o machismo, desigualdades de gênero e violências contra as mulheres são intensificados e levados ao extremo em parcelas marginalizadas e excluídas, e o sistema de prostituição é uma perversa concretização deste cenário.

Desde o início desta pesquisa, quando foi assumido a intenção de trabalhar a proposta sob uma ótica feminista e holística, entendeu-se a importância de se fazer um processo participativo que partiria da experiência e dos interesses das residentes da associação no desenvolvimento do projeto de arquitetura. No entanto, constatando que este é um exercício simulado, a conclusão mais respeitosa e menos intrusiva para com as residentes foi de não realizar entrevistas e interferir em suas rotinas e, portanto, apesar de se reconhecer as mais-valias que seriam encontradas e que se este fosse um projeto a ser realizado de fato, seria a melhor forma de fazê-lo, este aspecto não foi incorporado nesta investigação.

Ainda, as estruturas de acolhimento e habitação para pessoas em situações de fragilidade e violência são necessárias e respondem a uma problemática existente, mas não vão e nem pretendem, sozinhas, eliminar problemas sociais enraizados e difíceis. Neste caso específico, a arquitetura não é a solução e nem será a única forma de combater o sistema de prostituição, sendo este um longo processo que envolve diversos outros profissionais e políticas públicas complexas, mas sim busca solucionar as consequências desta problemática e trabalhar como instrumento de emancipação, recuperação e dignificação da vida de mulheres prostituídas.

Para além deste trabalho, espero que as reflexões aqui desenvolvidas e as ferramentas arquitetónicas exploradas possam refletir de algum modo na conscientização sobre o tema, sobre importantes instituições como a associação O Ninho, que cumprem um papel essencial e, infelizmente, pouco conhecido e invisibilizado, e que cada vez mais problemáticas sociais sejam debatidas com o respeito e a importância que têm e ocupem espaços relevantes no cenário da arquitetura e investigação académica, refletindo em uma mudança de paradigma na visão da sociedade.

Bibliografia

- Amos Goldreich Architecture. (sem data). Shelter for Victims of Domestic Violence. Obtido em 3 de outubro de 2023, de <https://agarchitecture.net/portfolio/shelter-for-victims-of-domestic-violence/>
- ArchDaily Brasil. (2013, dezembro 8). Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design. Obtido em 9 de novembro de 2022, de <https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>
- ArchDaily Brasil. (2018, junho 8). Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects. Obtido em 9 de novembro de 2022, de <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>
- ArchDaily México. (2018, dezembro 3). Refugio para Mujeres Víctimas de la Violencia / ORIGEN 19°41' 53" N. Obtido em 14 de dezembro de 2021, de <https://www.archdaily.mx/mx/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19041-53-n> > ISSN 0719-8914
- Baker, L. M., Dalla, R. L., & Williamson, C. (2010). Exiting Prostitution: An Integrated Model. *Violence Against Women*, 16:5 (SAGE Publications), 579–600.
- Barroso-Pavía, R. (2020). *Modelos ideológicos de regulação da prostituição ou trabalho sexual: Abordagem a partir de uma perspectiva jurídica e social*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, S. P. T. da S. (2012). *Prostituição feminina de rua: Escutar e atuar: Papel do técnico d'O Ninho na intervenção com mulheres prostitutas* (Dissertação em Educação Social e Intervenção Comunitária, Instituto Politécnico de Lisboa). Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/2176>
- Correia, D. F. G. (2019). *Trabalho sexual em Portugal: Regulamentação ou abolição?* (Dissertação em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais, Universidade da Beira Interior). Universidade da Beira Interior, Covilhã. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.6/10122>

- Correia, I. M. M. (2014). *Ser mãe: O caso das mães que têm como ocupação de subsistência a prostituição* (Dissertação em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/25695>
- Department of Health, Social Services and Public Safety of UK. (2015). *Leaving Prostitution: A strategy for help and support*. Reino Unido: Department of Health, Social Services and Public Safety of UK. Obtido de <https://www.health-ni.gov.uk/publications/leaving-prostitution-strategy-help-and-support>
- Fávero, N. F. (2020). *A condição das Mulheres no Espaço Público: Territórios de conforto e desconforto na urbanidade contemporânea* (Dissertação em Arquitetura, Universidade do Porto). Universidade do Porto, Porto. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/131761>
- Fontinha, I. (s.d.). *Relatório O Ninho: Intervenção humanista, solidária e democrática no mundo da prostituição*. Lisboa: Associação O Ninho.
- Fundação Madre Sacramento. (sem data). MICAELA – Equipa de Intervenção Social. Obtido em 27 de setembro de 2022, de <https://fmsacramento.pt/equipa-de-intervencao-social/#apresentacao-objetivos>
- Leite, I. F. (2016). Prostituição feminismo e capitalismo no debate legalização vs. Incriminação. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 35, 9.
- Lourenço, T. o B. (2019). *Entre o Desterro e Arroios: O desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (Avenida dos Anjos)*. Lisboa: Cadernos do Arquivo Municipal 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019). Obtido de <https://doi.org/10.48751/CAM-2019-12124>
- Merli, G. A. (2018). *Lugar de mulher é na cidade: Desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia* (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Obtido de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23988>
- Mossman, E., & Mayhew, P. (2007). *Exiting Prostitution: Models of Best Practice*. Nova Zelândia: New Zealand Ministry of Justice.
- Parlamento Europeu. (2014). *Exploração sexual e prostituição e o seu impacto na igualdade dos géneros. Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de fevereiro de 2014, sobre a*

exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade dos géneros

(2013/2103(INI)). Jornal Oficial da União Europeia. Obtido de [https://eur-](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014IP0162&from=IT)

[lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014IP0162&from=IT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014IP0162&from=IT)

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (2021a, outubro 27). *CONSENT IS NOT*

FOR SALE. Lisboa: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Obtido de

<https://www.youtube.com/watch?v=WQcR5lwzITw&t=18s>

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (2021b). *Estudo diagnóstico sobre as*

mulheres no sistema de prostituição em Lisboa. Lisboa: Plataforma Portuguesa para os

Direitos das Mulheres. Obtido de [https://exitprostitution.org/prostituicao-em-](https://exitprostitution.org/prostituicao-em-portugal/estudo-diagnostico-mulheres-sistema-prostituicao-lisboa/)

[portugal/estudo-diagnostico-mulheres-sistema-prostituicao-lisboa/](https://exitprostitution.org/prostituicao-em-portugal/estudo-diagnostico-mulheres-sistema-prostituicao-lisboa/)

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (sem data). EXIT- Direitos Humanos das

Mulheres A Não Serem Prostituídas. Obtido em 27 de setembro de 2022, de

<https://plataformamulheres.org.pt/artigos/projetos/exit/>

Santos, T., Soares, N., Ramalhete, F., & Vicente, R. (2017). Estudo Prévio. *Avenida Almirante*

Reis: diagnóstico urbano, 11 (CEACT/UAL-Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e

Território da Universidade Autónoma de Lisboa). Obtido de www.estudoprevio.net

Apêndices



Rua das Barracas

520

Beco do Felix

Rua de Santa Bárbara

Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituidas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA: 1/100
NORTE:

Planta de Cobertura



Rua das Barracas

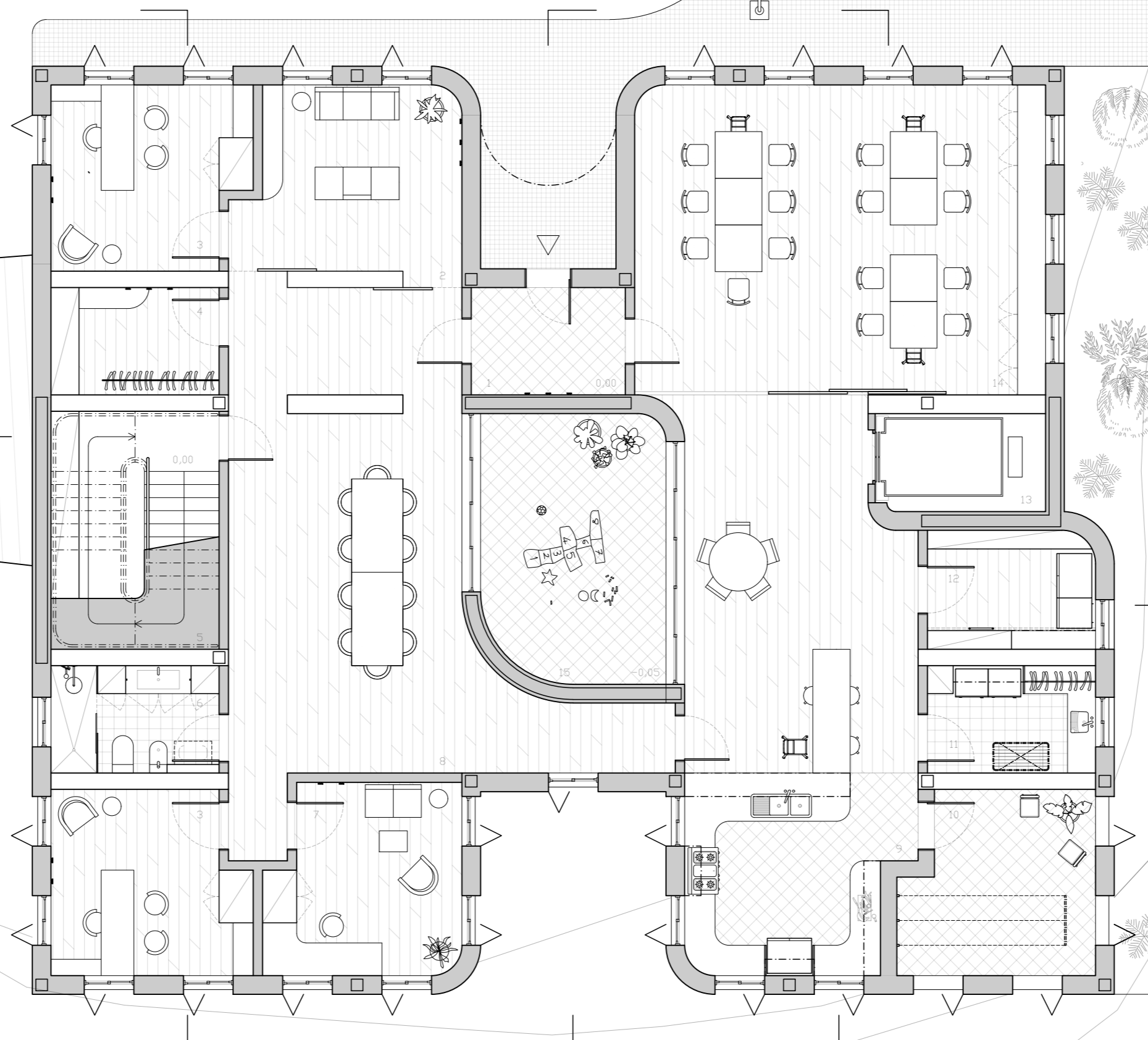
52.0

47.4

51.0

50.0

48.0



- | | | | |
|--|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 1. Hall de entrada | 5. Caixa de escadas | 9. Cozinha e pequenas refeições | 13. Elevador adaptado a cargas |
| 2. Espaço de acolhimento e armazenagem | 6. Casa de banho | 10. Área externa de serviços | 14. Sala de refeições |
| 3. Escritório | 7. Consultório de psicologia | 11. Lavandaria | 15. Pátio |
| 4. Chapeleiro | 8. Sala de reuniões e circulação | 12. Despensa | |

Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

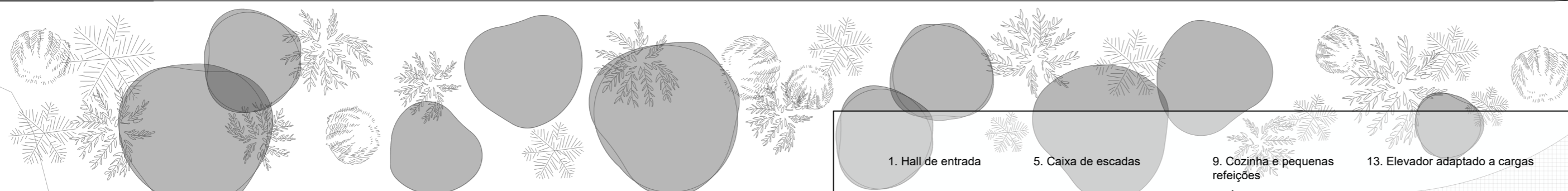
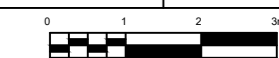
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:
1/100

NORTE:

Planta de Piso 0



Rua das Barracas

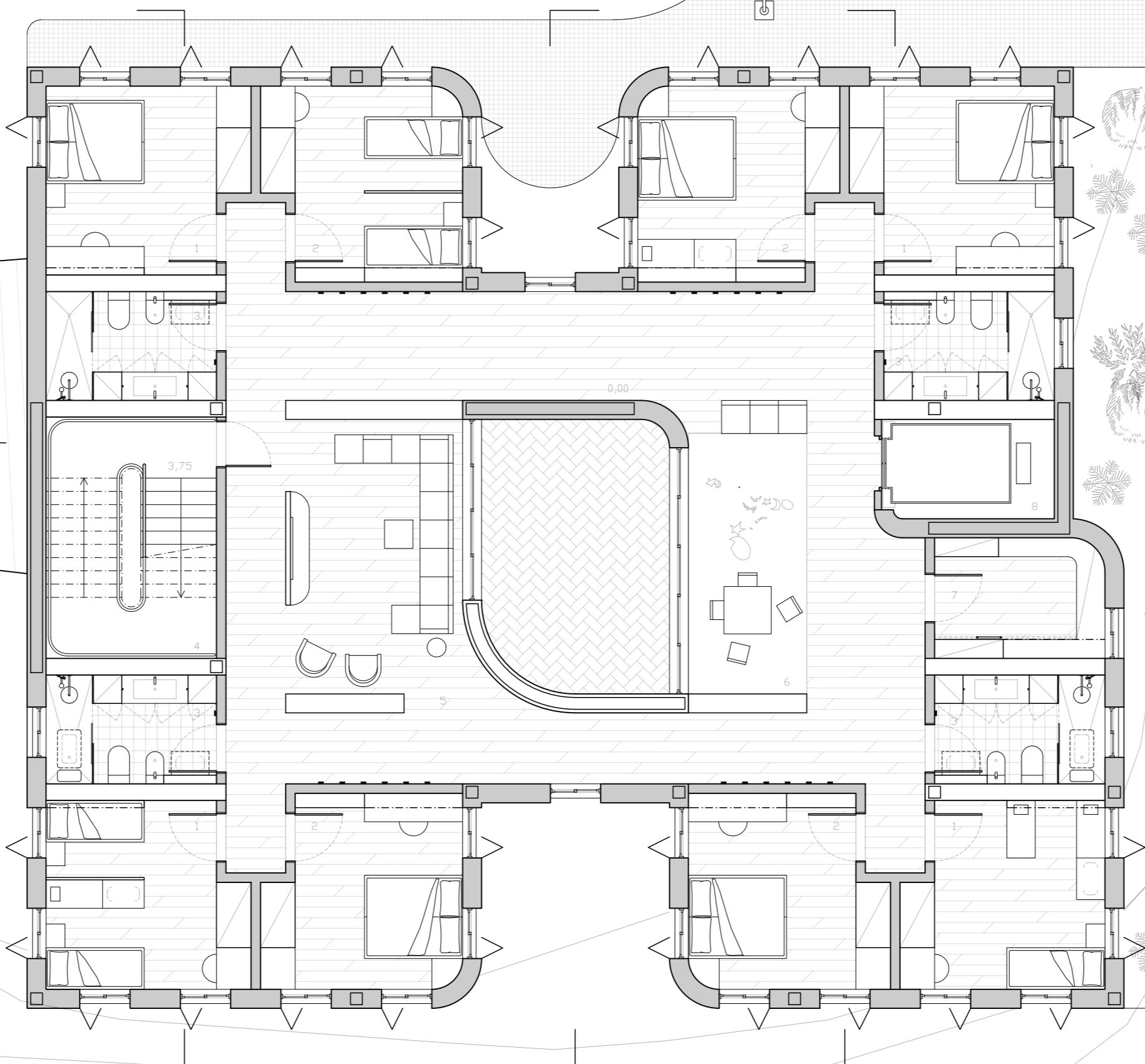
52.0

47.4

51.0

50.0

48.0



- 1. Quarto tipo A
- 2. Quarto tipo B
- 3. Casa de banho
- 4. Caixa de escadas
- 5. Sala de TV
- 6. Espaço para crianças
- 7. Armazenagem
- 8. Elevador adaptado a cargas

Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

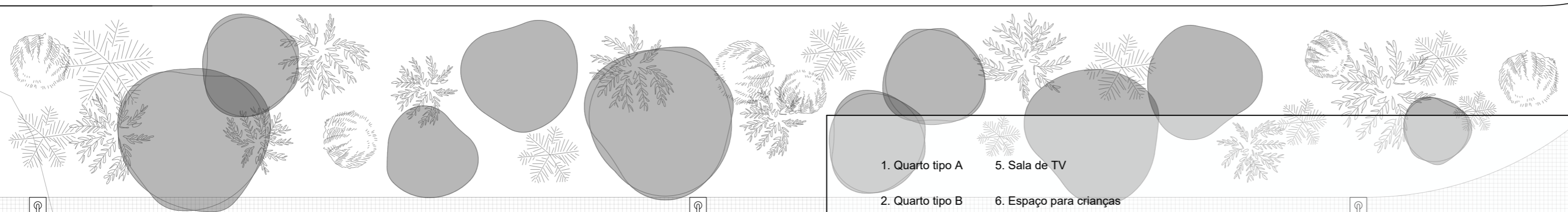
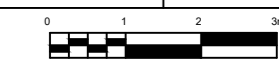
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:
1/100

NORTE:

Planta de Piso 1



Rua das Barracas

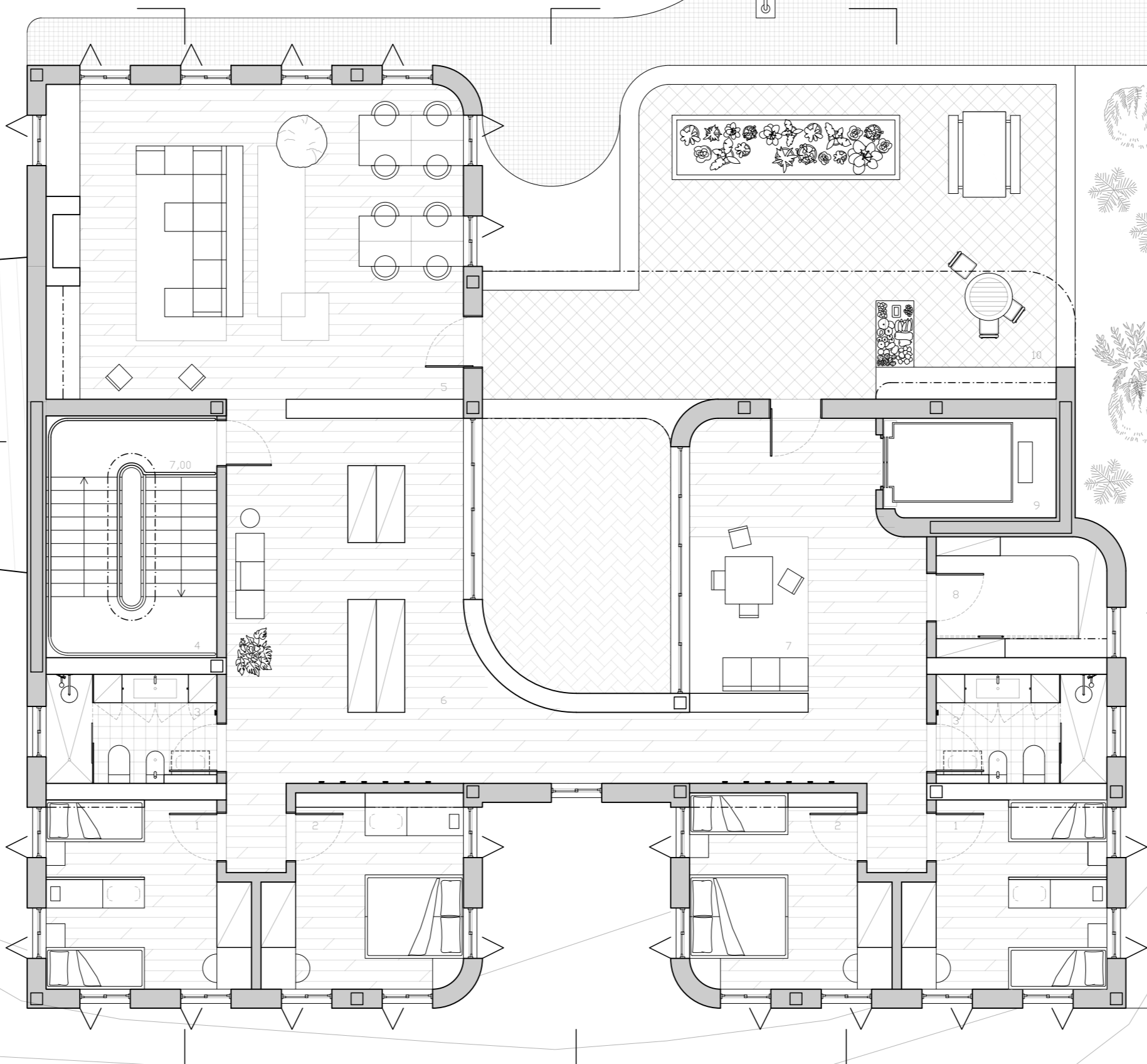
52.0

47.4

51.0

50.0

48.0



- 1. Quarto tipo A
- 2. Quarto tipo B e armazenagem
- 3. Casa de banho
- 4. Caixa de escadas
- 5. Sala de estudos e estar
- 6. Pronto a vestir
- 7. Espaço para crianças
- 8. Armazenagem
- 9. Elevador adaptado a cargas
- 10. Varanda

Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

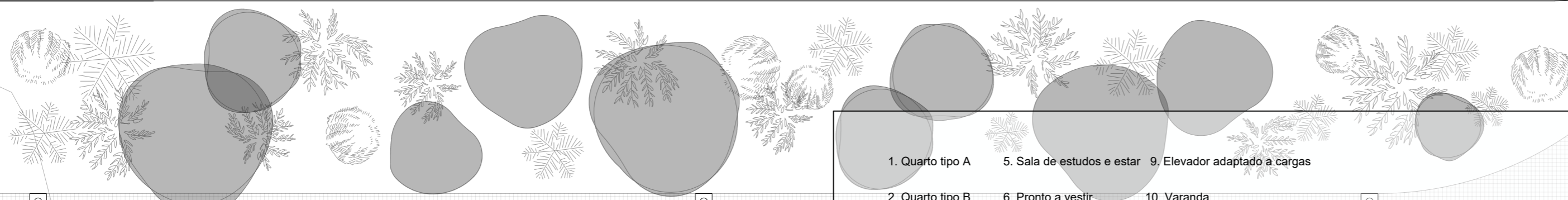
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:
1/100

NORTE:

Planta de Piso 2





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

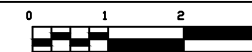
ALUNA:

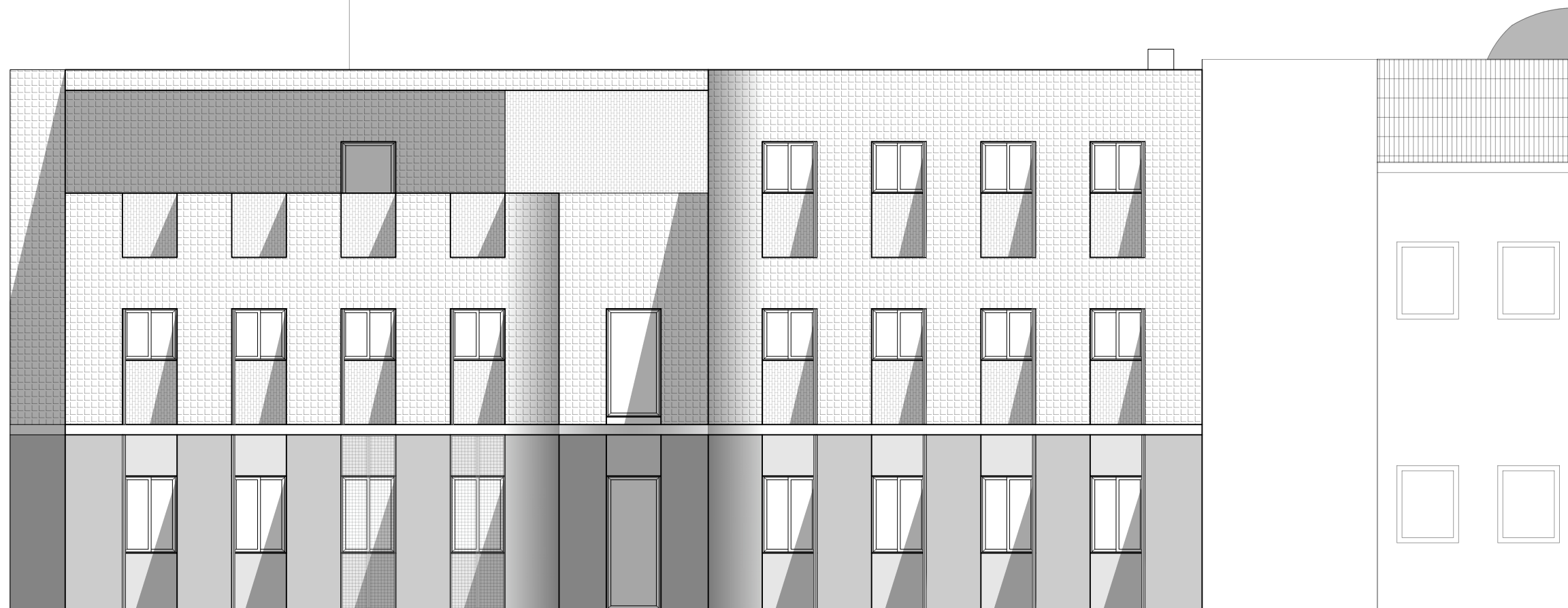
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/100

Alçado Este





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

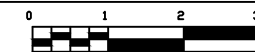
ALUNA:

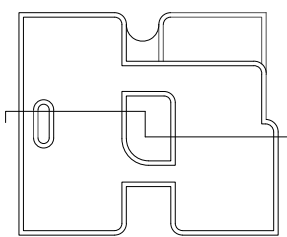
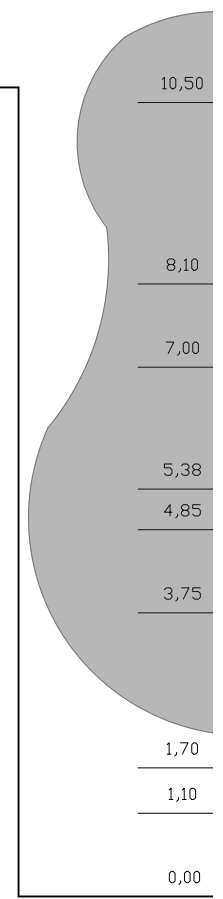
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/100

Alçado Oeste





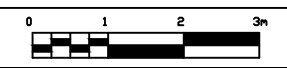
Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:
1/100

Corte Aa





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

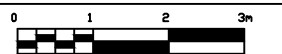
ALUNA:

Giulia Rodrigues Edom

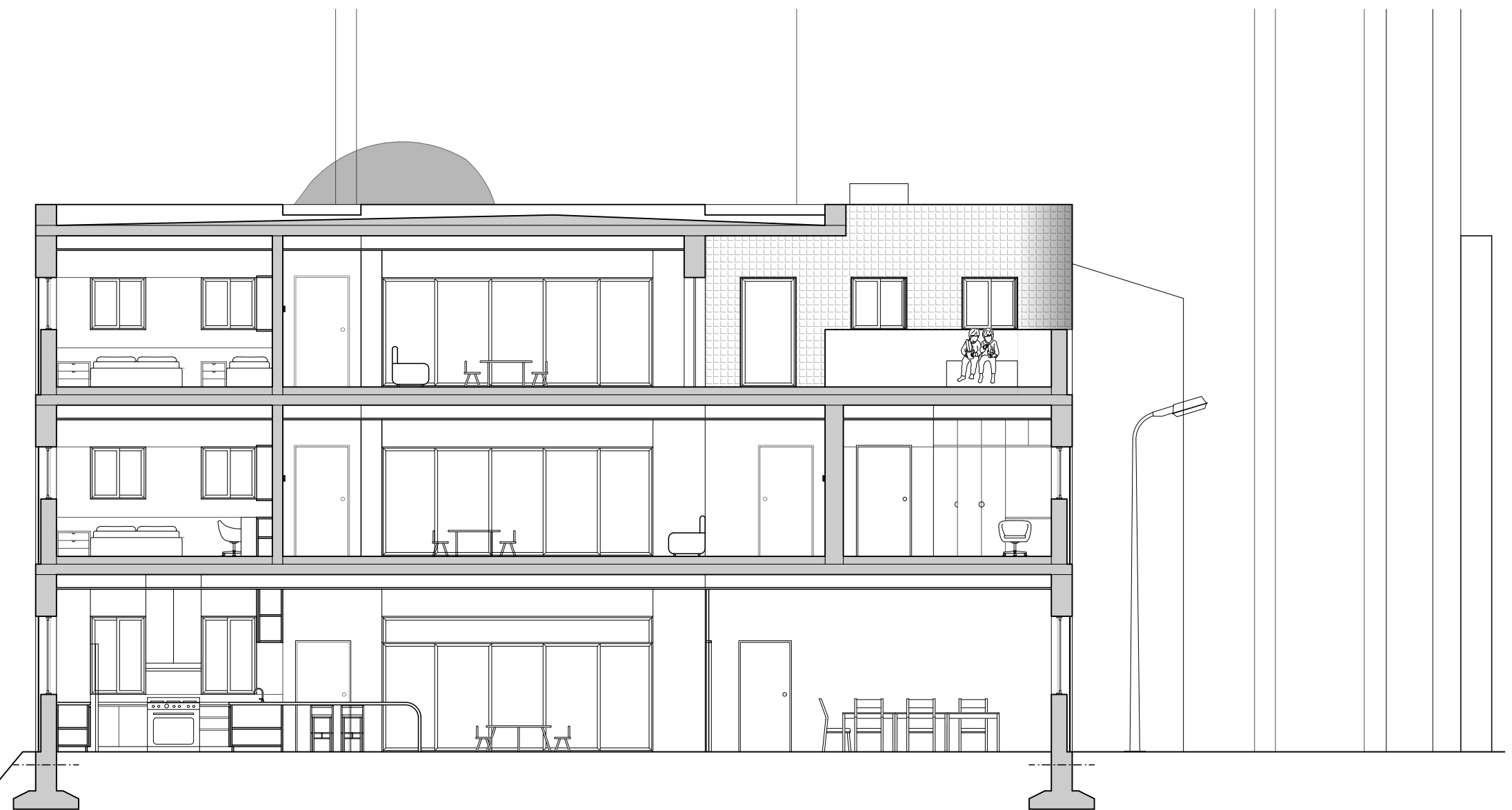
ESCALA:

1/100

Corte | Alçado Norte

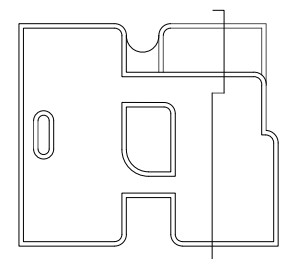
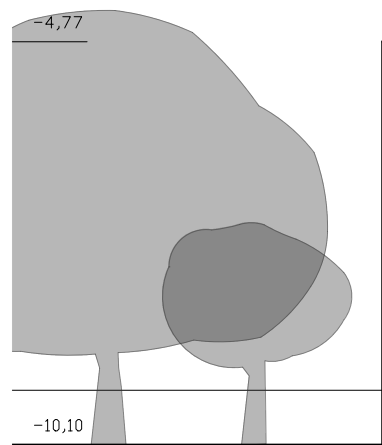


10,50
8,10
7,00
5,85
4,85
3,75
2,60
1,10
0,00



-4,77

-10,10



Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

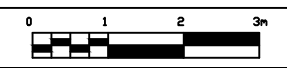
ALUNA:

Giulia Rodrigues Edom

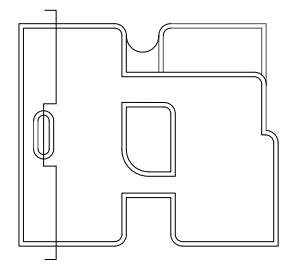
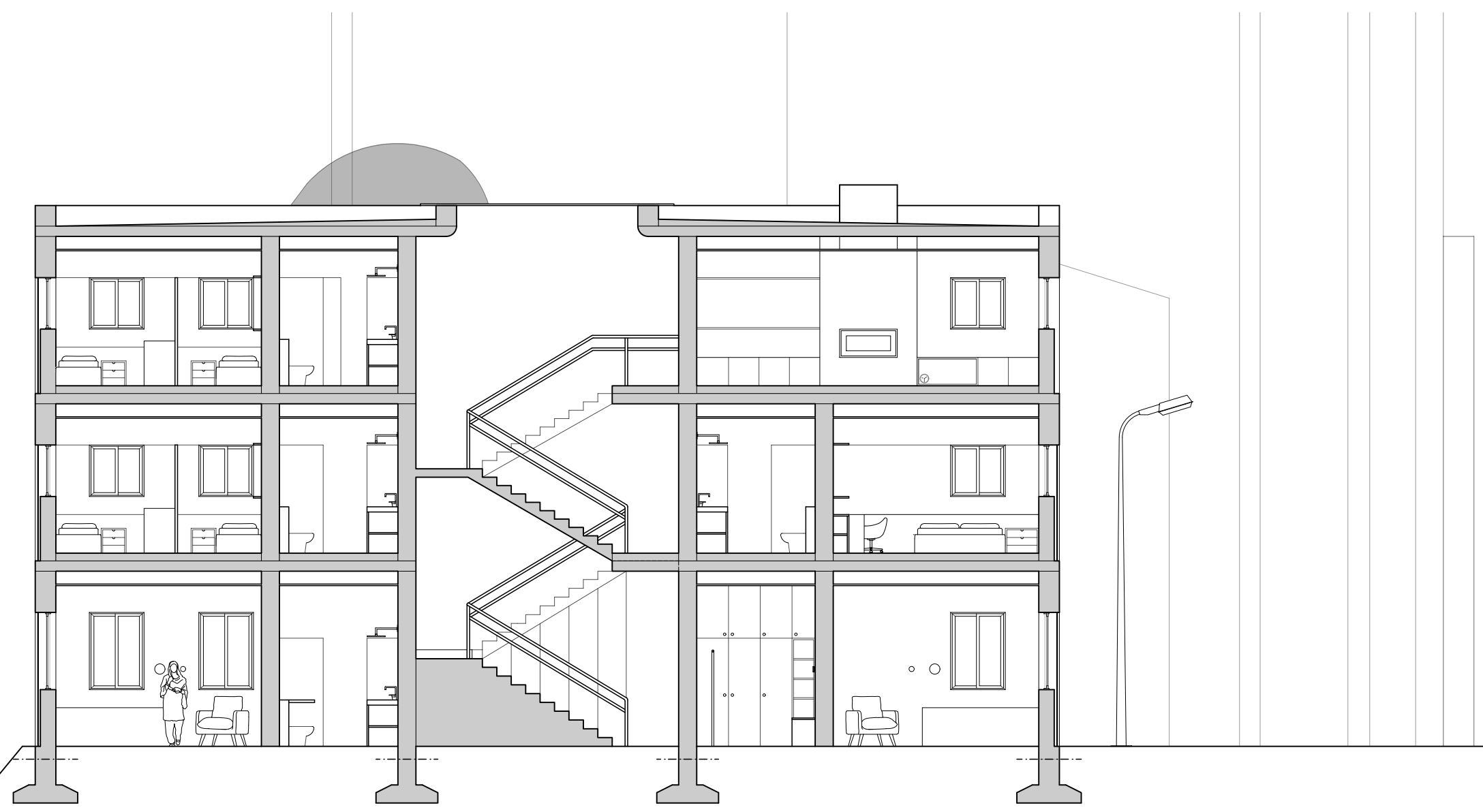
ESCALA:

1/100

Corte Dd



10,50
8,10
7,00
5,85
4,85
3,75
2,60
1,10
0,00



Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

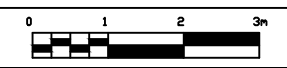
ALUNA:

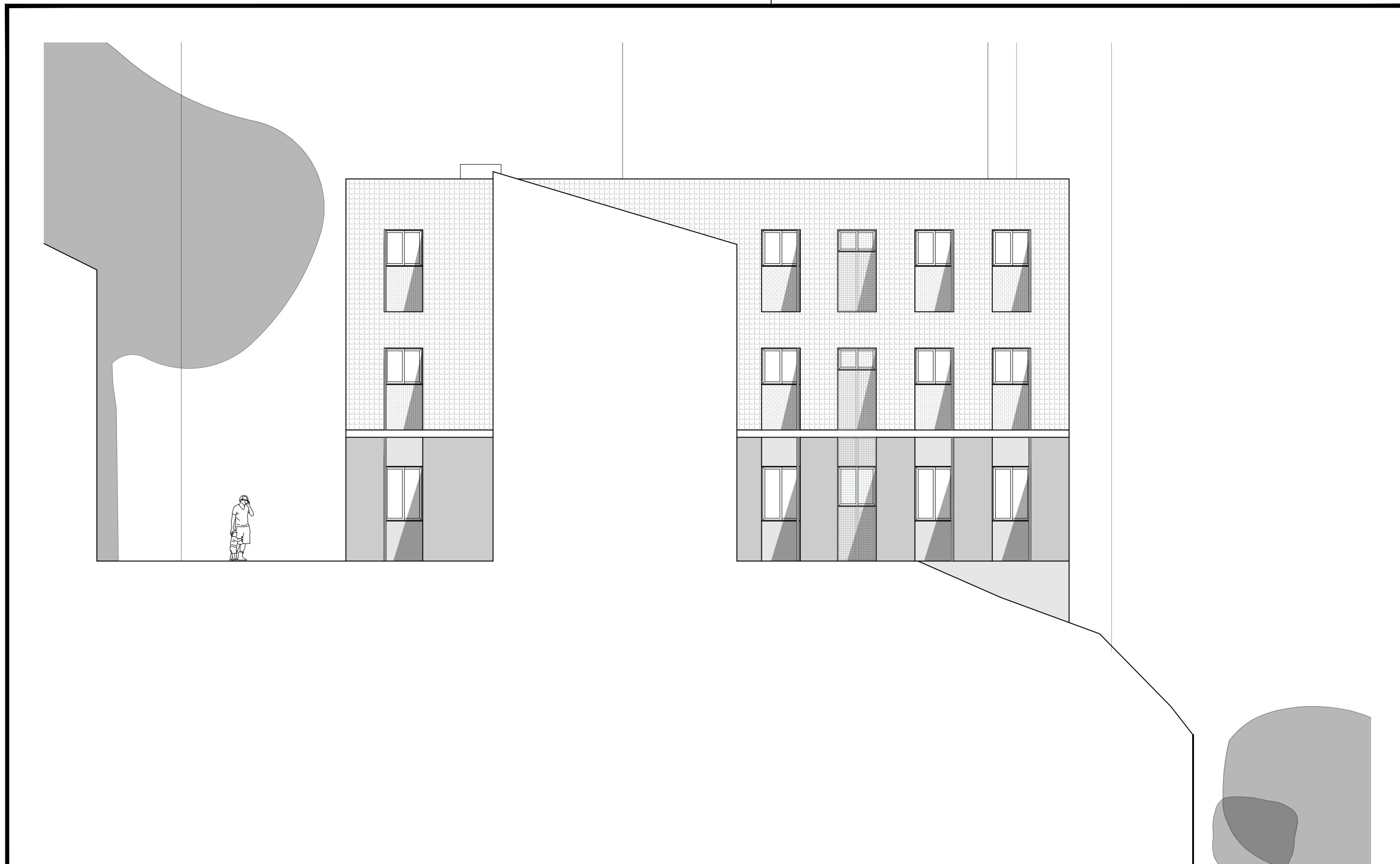
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/100

Corte Bb





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

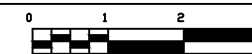
ALUNA:

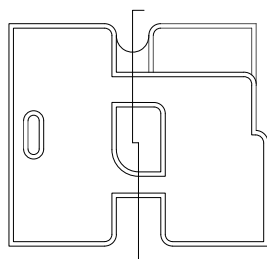
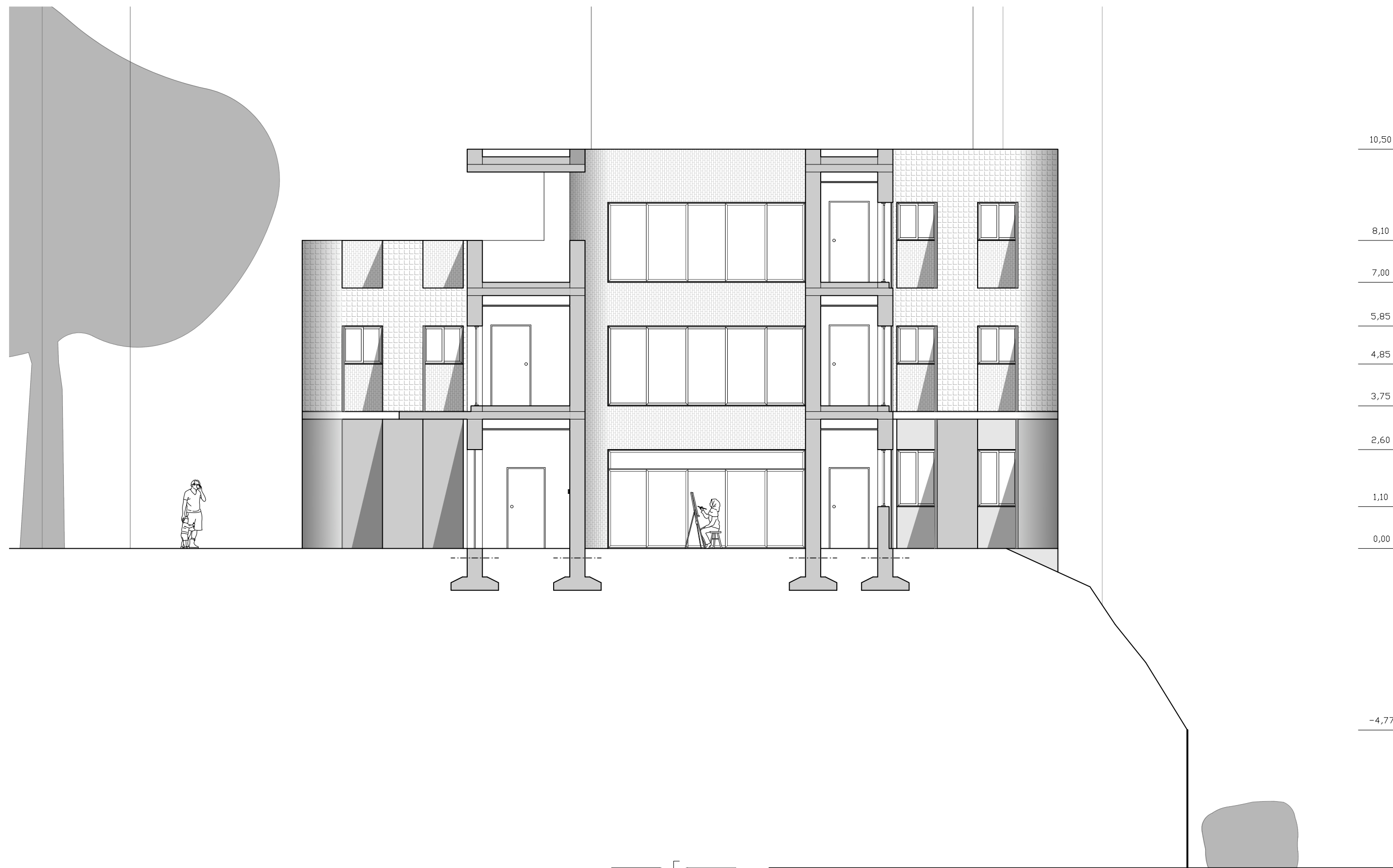
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/100

Corte | Alçado Sul





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

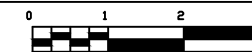
ALUNA:

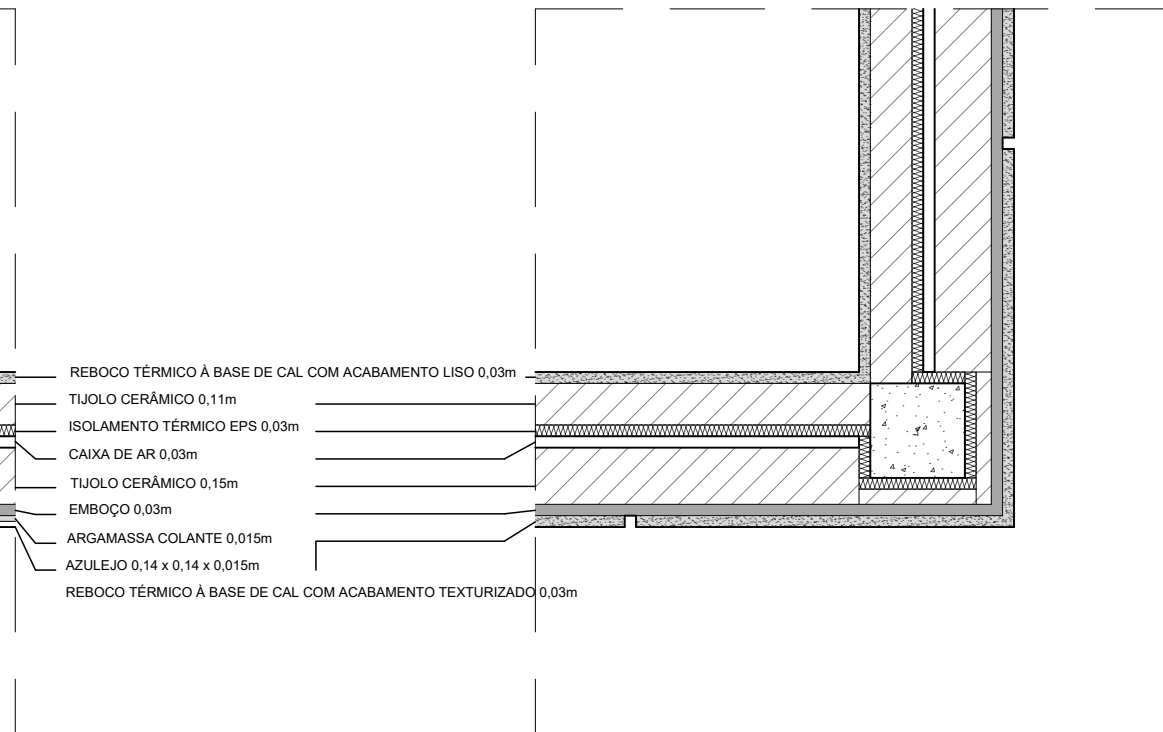
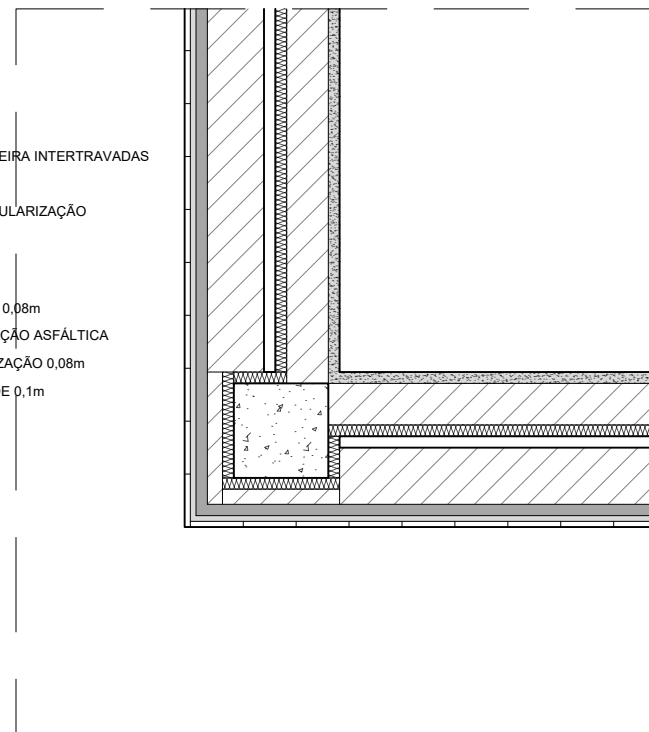
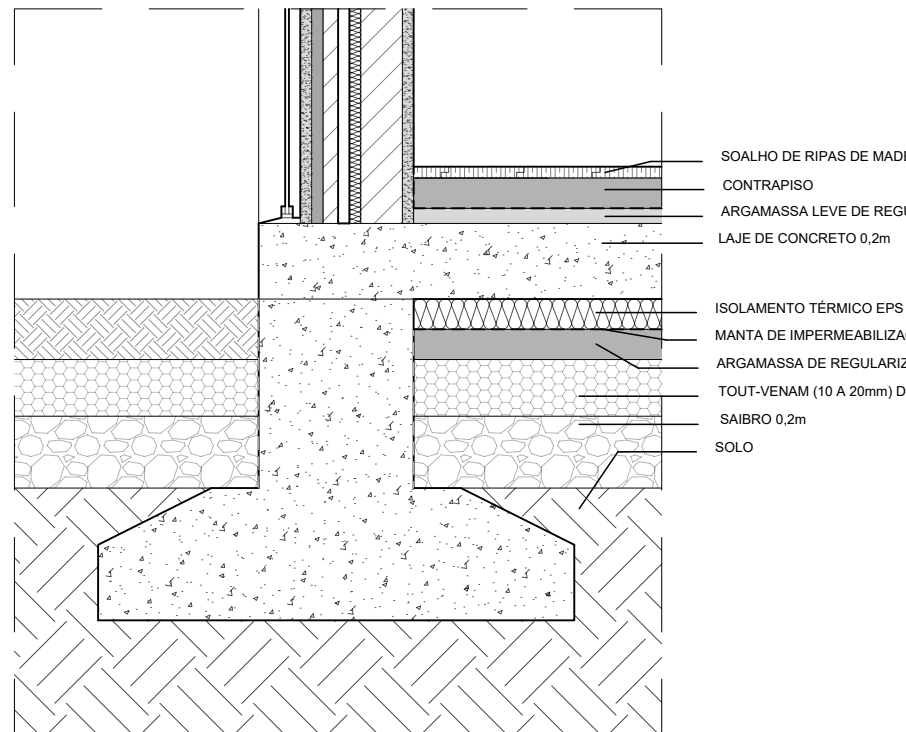
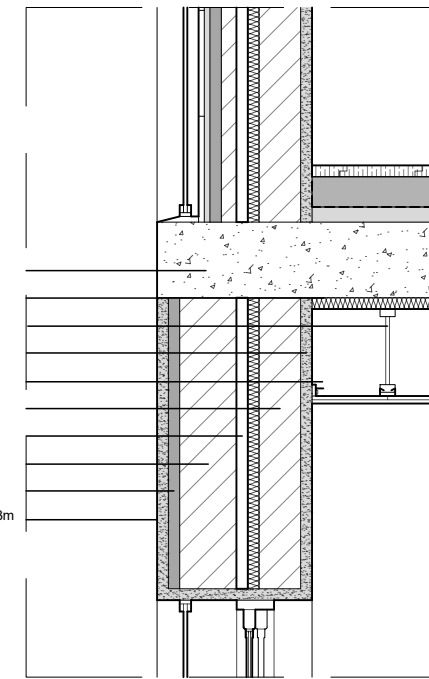
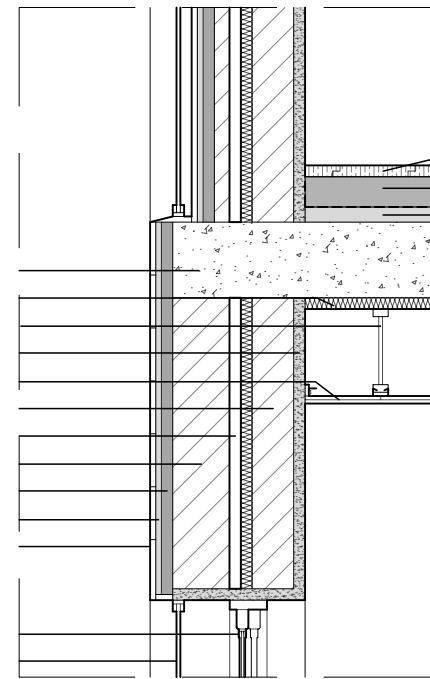
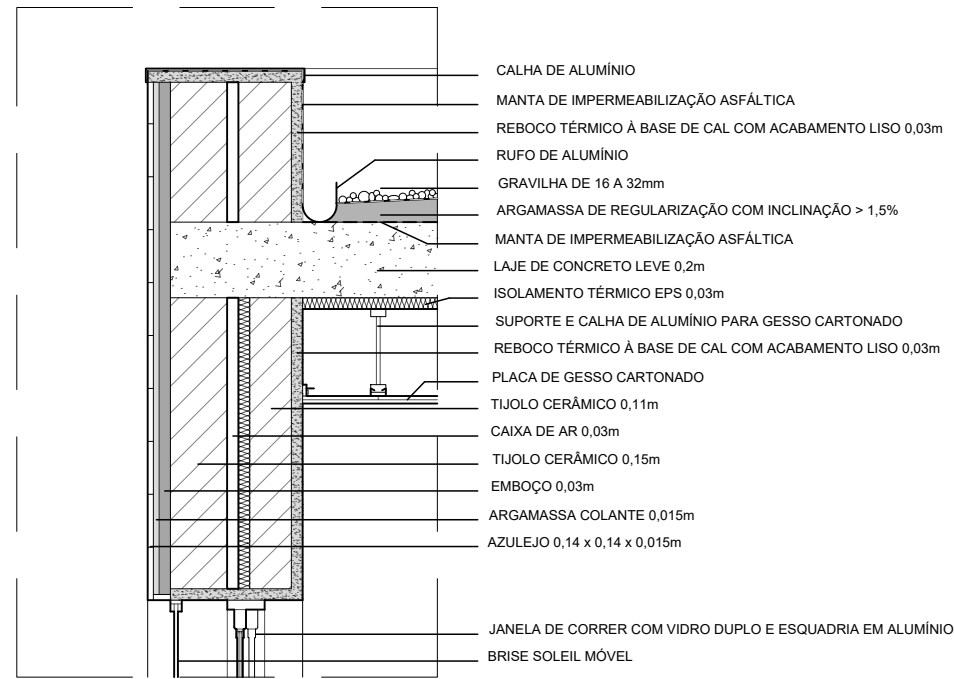
Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/100

Corte Cc





Uma Casa para O Ninho: Estrutura de Acolhimento para Mulheres Prostituídas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Mestrado Integrado) - Universidade da Beira Interior - DECA

ALUNA:

Giulia Rodrigues Edom

ESCALA:

1/20

Corte Aa

